



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

CLÍCIA COELHO FLORENZANO

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
REFLEXOS NA COMUNIDADE ERERÊ/APA PAYTUNA, MONTE ALEGRE/PA**

**SANTARÉM-PA
2024**

CLÍCIA COELHO FLORENZANO

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
REFLEXOS NA COMUNIDADE ERERÊ/APA PAYTUNA, MONTE ALEGRE/PA**

Monografia apresentada ao Instituto de Ciências da Sociedade, Curso de Ciências Econômicas, para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas. Universidade Federal do Oeste do Pará.
Orientadora: Profa. Dr^a. Zilda Joaquina Cohen Gama dos Santos.

**SANTARÉM-PA
2024**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

- F633p Florenzano, Clicia Coelho
Políticas públicas para o desenvolvimento sustentável: reflexos na Comunidade
Ererê/Apa Paytuna, Monte Alegre/PA./ Clicia Coelho Florenzano. - Santarém, 2024.
57 p. : il.
- Orientadora: Zilda Joaquina Cohen Gama dos Santos.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará,
Instituto de Ciências da Sociedade, Bacharelado em Ciências Econômicas.
1. Desenvolvimento sustentável. 2. Ererê. 3. Buriti. 4. Políticas públicas I. Santos,
Zilda Joaquina Cohen Gama dos, *orient.* II. Título.
- CDD: 23 ed. 338.927098115



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE MONOGRAFIA DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

No décimo sétimo dia do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, às oito horas e trinta minutos, na Sala 205 – BSE/Unidade Tapajós - Ufopa, realizou-se a Defesa Pública da Monografia da acadêmica **CLICIA COELHO FLORENZANO** (matricula: 2019004830), intitulada: **Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável: reflexos na comunidade Ererê/APA Paytuna, Monte Alegre/PA**, sob orientação da Profa. Dra. Zilda Joaquina Cohen Gama dos Santos que compôs a banca examinadora com a Profa. Dra. Andréa Simone Rente Leão e o Prof. Dr. Sandro Augusto Viégas Leão. A presidente fez a abertura do trabalho com a apresentação das componentes da banca, da discente e atribuiu o tempo de vinte e cinco a trinta minutos para a apresentação do trabalho. Após a apresentação, seguiu-se a arguição e, em seguida as respostas. Posteriormente, as componentes da banca fizeram suas considerações e sugestões finais passando a palavra para a discente que efetuou seus agradecimentos. A banca reuniu-se e apresentou o parecer final, com a nota 10. Nada mais havendo a tratar, eu Profa. Dra. Zilda Joaquina Cohen Gama dos Santos lavrei a presente ata que, após ser lida, será assinada pela banca e pela discente.

Profa. Dra. Zilda Joaquina Cohen Gama dos Santos
– Orientadora

Zilda dos Santos

Profa. Dra. Andréa Simone Rente Leão – Membro
da Banca

Andréa Simone Rente Leão

Profa. Prof. Dr. Sandro Augusto Viégas Leão –
Membro da Banca

Sandro Augusto Viégas Leão

Clícia Coelho Florenzano – Discente

Clícia Coelho Florenzano

Dedico este trabalho a comunidade do Ererê.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar à Nossa Senhora minha intercessora nos momentos mais difíceis durante todos os meus anos de estudo, permitindo recuperar minha saúde para concluir esta etapa da minha vida.

Aos meus pais, Aureclevea Coelho e Artur Ferreira, que fizeram de tudo para sempre garantir conforto e tranquilidade durante toda minha jornada, não só acadêmica. Obrigada por serem sempre incentivadores e apoiarem minhas ideias, e mesmo morando longe há muitos anos, serem incansáveis em se fazer presente. Essa conquista é tão minha quanto de vocês, pois é reflexo de toda confiança que sempre depositaram em mim. Quero especialmente citar minha mãe, como exemplo de força e resiliência; qualquer palavra que pudesse escrever aqui seria pouco, por isso deixo minha eterna gratidão por todo sacrifício que sabemos que a senhora fez por mim e por nossa família. Meu pai, aquele que meu coração escolheu, por toda vida serei sua única menina, essa conquista é nossa.

Aos meus irmãos, Cleiver, Artur Pietro e Flávio, que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência desde o momento em que decidi me mudar para me dedicar aos estudos e sempre guardaram meu espaço nos jogos em família. Agradeço pelos conselhos e mensagens de estímulo e conforto. Em particular ao Cleiver, meu mano e companheiro em muitos anos de vida; obrigada pelos anos que juntos dividimos no apê.

Aos meus avós, Maria de Lourdes Coelho e Clóvis Coelho, que me acolheram e apoiaram incondicionalmente desde o princípio. Agradeço por todos almoços, lanches e a preocupação durante meus estudos. Sei que contarei com a lealdade e amor de vocês para a eternidade.

Ao John Pinho, sem seu apoio, cuidado, parceria e atenção não só a realização deste trabalho seria impossível, como também a conclusão do curso seria mais difícil. Obrigada por ser além do que essencial durante todo meu percurso acadêmico, sempre me incentivando e mostrando o que vale a pena ser vivido e que os sacrifícios são necessários e valiosos. Que esse seja apenas o início de inúmeras realizações que alcançaremos juntos. Para além de experiências vividas, conquistas alcançadas e conhecimento adquirido, a faculdade me presenteou com amor através de você.

A todos meus familiares que contribuíram, de alguma forma, para a realização deste trabalho, sobretudo Tia Cristina Coelho, Tio Cleuder Coelho (meu amado 'padinho'), Prima Luana Coelho (famosa Zita) pelos conselhos e apoio crucial na minha vida.

Aos meus colegas de curso, em especial a minha amada CE2019, com quem convivi intensamente durante os últimos anos, pelo companheirismo e pela troca de experiências que me permitiram crescer não só como pessoa, mas também como formanda. Sou imensamente grata a Deus por colocar em meu caminho pessoas tão incríveis e especiais como vocês, tenham certeza que estão marcados em minha trajetória.

A todos os professores do Curso de Ciências Econômicas, por todo conhecimento e aprendizado compartilhado em sala de aula e nas atividades desenvolvidas na Universidade. Em especial a minha orientadora e também coordenadora de projeto, Zilda Santos, por quem passei a ter admiração enquanto pessoa e profissional e que me despertou o interesse na área do desenvolvimento sustentável que culminou neste trabalho em questão.

A todas os amigos com quem convivi ao longo desses anos de curso, que me incentivaram e que certamente tiveram impacto na minha formação acadêmica, que apesar de não citar nominalmente, contribuíram significativamente em todo o processo.

Ao Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Socioeconômica da Amazônia (GEPESA) e a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA), responsáveis por me introduzir ao mundo da pesquisa através da minha bolsa de Iniciação Científica e me proporcionar a oportunidade de aprendizado e experiências que contribuíram na construção de amizades e memórias.

Por fim, a Universidade Federal do Oeste do Pará que me proporcionou experiências únicas e ensino de qualidade, que apesar de jovem é uma instituição de excelência e que se tornou durante esses quase 6 anos de curso minha segunda casa.

RESUMO

Em consonância com a nova Governança Ambiental e a busca por padrões produtivos alinhados à conservação ambiental este trabalho apresenta a comunidade do Ererê localizada no Município de Monte Alegre no Estado do Pará como alvo da implementação de políticas públicas voltadas a cadeia produtiva do Buriti da comunidade elaboradas com base em categorias analíticas alinhadas ao desenvolvimento de atividade sustentáveis que visem o reconhecimento e valorização do conhecimento dos povos e comunidades tradicionais bem como a manutenção da biodiversidade. E, com isso, objetiva-se verificar os reflexos dos projetos de fomento ao desenvolvimento sustentável implementados na comunidade Ererê entre os anos 2000 e 2023 através de um levantamento bibliográfico, documental, e dos resultados obtidos a partir das oficinas realizadas no âmbito do Projeto ‘Acesso e uso dos recursos comuns por comunidades extrativistas: O fortalecimento da cadeia produtiva do buriti na comunidade Ererê localizada na APA Paytuna em Monte Alegre’. Será apresentado, inicialmente, as categorias analíticas norteadoras dos projetos bem como o conceito de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável. Posteriormente, caracteriza-se a comunidade e a sua relação com o Buriti, seguida da apresentação do detalhamento de cada projeto implementado no intervalo temporal definido e os reflexos da implementação dessas políticas na comunidade. Desta maneira, o trabalho tem como resultado uma linha do tempo de todos os projetos implementados na comunidade e um quadro sintetizando as principais características encontradas em cada projeto.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Sustentável. Ererê. Buriti. Políticas Públicas.

ABSTRACT

According to the new Environmental Governance and the search for production standards aligned with environmental conservation this paper introduce the community of Ererê located in Monte Alegre city at Pará state as a target for the implementation of public policies directed to the Buriti production chain elaborate based on analytical categories guide by the development of sustainable activities that aim to recognize and to value the knowledge of traditional people and communities as also maintain the biodiversity. Therefore, the objective is verifying the effects of projects that promote sustainable development implemented in the Ererê community between the years 2000 and 2023 through a bibliographical and documentary survey, and by the results obtained from the workshops held within the scope of the Project. 'Access and use of common resources by extractive communities: Strengthening the buriti production chain in the Ererê community located in APA Paytuna in Monte Alegre'. Initially, the analytical categories whom guide the projects will be presented, as well as the concept of public policies. Later, the community and its relationship with Buriti are characterized, followed by the presentation of details of each project implemented in the defined time interval and the consequences of the implementation of these policies in the community. Thus, this paper has as results a timeline of all projects implemented in the community and a board summarizing the main characteristics found in each project.

Keywords: Sustainable Development. Ererê. Buriti. Public Policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Figura 01 - Mapa da APA Paytuna e do PEMA..... | 30 |
| Figura 02 - Instituições/entidades envolvidas nos projetos de 2001 | 37 |
| Figura 03 - Instituições/entidades envolvidas no projeto de 2005 | 38 |
| Figura 04 - Instituições/entidades envolvidas no projeto de 2014/2015 | 41 |
| Figura 05 - Instituições/entidades envolvidas nos projetos de 2023 | 46 |
| Figura 06 - Linha do tempo | 47 |
| Quadro 01 - Síntese dos projetos..... | 48 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|-------------|--|
| APA | Área de Proteção Ambiental |
| APRORE | Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Ererê |
| CDB | Convenção de Diversidade Biológica |
| CUMAD | Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento |
| FAPESPA | Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas |
| FIDESA | Fundação Instituto de Desenvolvimento da Amazônia |
| FNMA | Fundo Nacional do Meio Ambiente |
| FUNDEFLORE | Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal |
| GEF | Global Environment Facility |
| GEPESA | Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Socioeconômica da Amazônia |
| GTEEB | Grupo de Trabalho Interinstitucional para Estratégia Estadual de Bioeconomia |
| Ha | Hectare |
| IC | Iniciação Científica |
| IDEFLOR-BIO | Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará |
| IDESP | Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Estado do Pará |
| MDA | Ministério do Desenvolvimento Agrário |
| MDS | Ministério do Desenvolvimento Social |
| MMA | Ministério do Meio Ambiente |
| MPEG | Museu Paraense Emílio Goeldi |
| OCDE | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico |
| ONU | Organização Mundial das Nações Unidas |
| PARATUR | Companhia Paraense de Turismo |
| PCTAF | Povos, Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares |
| P&D | Pesquisa e Desenvolvimento |
| PEAA | Plano Estadual Amazônia Agora |
| PEMA | Parque Estadual de Monte Alegre |
| PLANBIO | Plano Estadual de Bioeconomia |
| PNPSB | Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade |

| | |
|-----------|---|
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| PPP-ECOS | Programa de Pequenos Projetos Ecosociais |
| PROBIO | Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira |
| PROECOTUR | Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal |
| PRONABIO | Programa Nacional da Diversidade Biológica |
| PROPPIT | Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós graduação e Inovação Tecnológica |
| SEMA | Secretaria do Estado do Meio Ambiente |
| SEMAS | Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade |
| SECTAM | Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente |
| SNUC | Sistema Nacional de Unidades de Conservação |
| UC | Unidade de Conservação |
| UCs | Unidades de Conservação |
| UFOPA | Universidade Federal do Oeste do Pará |
| WCBEF | Fórum Mundial de Bioeconomia |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 12 |
| 1 CATEGORIAS ANALÍTICAS..... | 14 |
| 1.1 Desenvolvimento Sustentável | 15 |
| 1.2 Sociobiodiversidade | 17 |
| 1.3 Bioeconomia | 20 |
| 1.4 Políticas Públicas | 23 |
| 2 PROJETOS DE FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DESENVOLVIDOS NA COMUNIDADE ERERÊ | 27 |
| 2.1 Caracterização da Comunidade..... | 27 |
| 2.1.1 O uso do buriti na comunidade | 31 |
| 2.2 Apresentação dos projetos | 33 |
| 2.2.1 Projetos PROECOTUR e seus desdobramentos..... | 33 |
| 2.2.2 Projeto SEMA e seus desdobramentos | 39 |
| 2.2.3 Plano Estadual de Bioeconomia do Pará - PLANBIO e suas perspectivas | 43 |
| 2.3 Linha do tempo e quadro síntese..... | 46 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 51 |
| REFERÊNCIAS | 53 |

INTRODUÇÃO

O foco desta pesquisa é analisar os reflexos que os projetos, fruto das políticas públicas de fomento ao desenvolvimento sustentável, ocorridos entre os anos de 2000 à 2023, tiveram na comunidade do Ererê, localizada na Área de Preservação Ambiental - APA Paytuna, no Município de Monte Alegre, no estado do Pará.

O primeiro contato que tive com o tema da proposta aqui apresentada aconteceu a partir da minha participação como bolsista de Iniciação Científica (IC) no projeto de Pesquisa intitulado “Acesso e uso dos recursos comuns por comunidades extrativistas: o fortalecimento da cadeia produtiva do buriti na comunidade Ererê localizada na APA Paytuna em Monte Alegre”, durante meu período como aluna de graduação do bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

A partir do projeto de pesquisa que fez parte do meu percurso acadêmico tive a oportunidade de conhecer e emergir na comunidade na qual se foca a minha pesquisa. Além disso, adquiri um fascínio pelo assunto ligado à conservação da natureza e como a área da economia tem um papel fundamental nessa questão e o quão relevante é o nosso trabalho e as nossas pesquisas para contribuir com propostas para o uso sustentável dos recursos.

Os estudos e leituras realizadas no âmbito da IC levaram-me a observar que desde a criação da APA Paytuna a Comunidade Ererê recebeu alguns projetos de fomento e promoção do desenvolvimento sustentável, especialmente no estímulo à cadeia produtiva do buriti, seu principal recurso extrativista. Essa observação me conduziu a elaboração do seguinte problema de pesquisa: Quais os reflexos dos projetos de fomento ao desenvolvimento sustentável na comunidade Ererê realizados entre os anos 2000 e 2023? De forma secundária: Qual a relação dos projetos implementados na Comunidade Ererê com as políticas públicas nacionais com as categorias analíticas de cada período?

Assim o presente trabalho de pesquisa tem como objetivo principal descrever os reflexos dos projetos de fomento ao desenvolvimento sustentável implementados na comunidade Ererê entre os anos 2000 e 2023. Como objetivos específicos têm-se: 1) apresentar as categorias analíticas norteadoras das políticas públicas de fomento ao desenvolvimento sustentável; 2) descrever a comunidade Ererê e a relação com o extrativismo do buriti; 3) construir uma linha do tempo dos projetos implementados na comunidade relacionando-os com as categorias analíticas de cada período e a abordagem de cada política pública.

Do ponto de vista metodológico trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa ao possibilitar o estudo dos fenômenos que envolvem a comunidade Ererê e suas intrincadas relações sociais, tendo como principais fontes de dados e informações a pesquisa bibliográfica e documental. As fontes bibliográficas utilizadas foram trabalhos acadêmicos, livros e artigos científicos. As fontes documentais foram relatórios, leis, decretos, projetos, artigos, teses e revistas. Além disso, vale ressaltar que a partir das observações feitas por mim enquanto participante nas reuniões e oficinas do projeto de pesquisa no qual fui bolsista de IC junto à comunidade também foram fontes de informações.

Este trabalho, portanto, se divide em dois capítulos, além da introdução que contém uma breve apresentação, o problema e o objetivo do trabalho. O primeiro capítulo trata das categorias analíticas utilizadas como base teórica na elaboração dos projetos implementados via políticas públicas na comunidade do Ererê durante o período compreendido entre 2000 à 2023 e está dividido em: desenvolvimento sustentável, sociobiodiversidade, bioeconomia; para encerrar esse capítulo tem-se a apresentação do conceito de políticas públicas. O segundo capítulo aborda os projetos de fomento ao desenvolvimento sustentável desenvolvidos na comunidade Ererê e para isso inicia apresentando no primeiro tópico a comunidade alvo deste trabalho e a sua relação com o buriti seguido no próximo tópico do detalhamento de cada projeto. Por fim, as considerações finais deste trabalho.

1 CATEGORIAS ANALÍTICAS

O período pós segunda guerra mundial é marcado pelo advento de um novo paradigma para dar suporte as economias capitalistas em reconstrução: o desenvolvimento econômico. Em meados de 1950 temos diversos autores que debatem sobre essa tendência do desenvolvimento econômico a partir do crescimento econômico como um processo natural. Fato é que esse modelo econômico implementado possuía como principal objetivo o acúmulo de capital uma vez que segundo Veiga (2010, p. 18) “até o início dos anos 1960, não se sentiu muito a necessidade de distinguir desenvolvimento de crescimento econômico”.

Toda essa dinâmica promovia cada vez mais uma disparidade econômica entre aqueles países considerados ricos e desenvolvidos daqueles “pobres” e subdesenvolvidos, formando, como Veiga (2010, p. 20) chama em seu livro, uma “rígida hierarquia da economia capitalista mundial”, que pouco ou nada concedia algum tipo de possibilidades de ascender dentro dessa hierarquia.

A noção de que riqueza geraria bem-estar e conseqüentemente desenvolvimento, norteou durante muitos anos a lógica de promoção dos modelos econômicos anteriores à ideia de desenvolvimento sustentável. Contudo, diversos autores, tais como Celso Furtado, refutaram em suas teorias essa ideia, demonstrando que o progresso não passa de um mito e que a fórmula de se alcançar o desenvolvimento através da industrialização seria uma quimera (VEIGA, 2010)

Para agravar ainda mais esse cenário, o sistema capitalista voltado a acumulação de bens e busca do desenvolvimento econômico via industrialização e conseqüentemente exploração dos recursos naturais, começou a extrapolar, em tese, os limites físicos do meio ambiente como um todo e “ligou um botão de alerta” quanto à segurança da existência e manutenção das gerações futuras. A principal ideia até então estabelecida nesse modelo era a de que o meio ambiente era o detentor dos recursos naturais (bens extraídos da natureza colocados no processo produtivo para a produção de outros bens) ilimitados e, portanto, poderiam ser utilizados de maneira indiscriminada.

De acordo com Santos (2019), diante dessa nova realidade de exaustão e finitude dos recursos disponíveis, ocorreram transformações na governança ambiental que levaram a uma série de mudanças institucionais em meados da década de 1970. Esse novo cenário tinha como foco o novo paradigma que discutia promoção do desenvolvimento com a garantia da conservação do meio ambiente, e tal paradigma ficou conhecido como desenvolvimento sustentável e será apresentado no tópico a seguir.

Além do desenvolvimento sustentável este capítulo aborda também as categorias analíticas utilizadas neste trabalho, quais sejam: sociobiodiversidade e bioeconomia, além de uma seção específica para apresentar a definição de políticas públicas.

1.1 Desenvolvimento Sustentável

O desenvolvimento sustentável teve suas premissas inicialmente difundidas no cenário mundial segundo Carvalho, Cardoso e Frota (2022, p. 157) “no ano de 1972, a partir da ideia de ecodesenvolvimento, que foi apresentada na Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Estocolmo, Suécia” como principal ação ou solução para combater as degradações ambientais causadas pelo até então vigente modelo econômico de desenvolvimento via industrialização. Esse novo paradigma de promoção de um desenvolvimento pautado na sustentabilidade ganhou força e notoriedade aliado a uma mudança na governança ambiental mundial ocorrida no mesmo período.

Todavia, seguindo o processo histórico, foi somente depois do ano de 1987, após o lançamento do Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, denominado Nosso Futuro Comum, que o termo desenvolvimento sustentável passou a ser mais conhecido e difundido no sentido que conhecemos atualmente, onde o desenvolvimento que gere sustentabilidade é entendido como aquele que “atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades” (Carvalho, Cardoso e Frota, 2022, p. 157); ideia essa que passou a ter bastante relevância com a crescente preocupação com o futuro da humanidade.

Complementar ao desenvolvimento, o termo Sustentabilidade ganhou mais notoriedade, de acordo com Carvalho, Cardoso e Frota (2022), após a Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92 ou Eco-92), onde se redigiu o documento ‘Agenda 21’ que tinha como principal objetivo atingir o desenvolvimento sustentável através do cumprimento de planos e metas estabelecidos durante tal conferência.

É importante destacar ainda, que embora tenha se difundido dentro das proposições das Conferências das Nações Unidas, a definição de desenvolvimento sustentável tem suas bases alicerçadas nas propostas de Ignacy Sachs, que propôs anteriormente ao conceito de desenvolvimento sustentável (apresentado apenas em meados da década de 1980) a ideia de ecodesenvolvimento, como o termo mais adequado as ideias de conservação propostas e discutidas.

Sachs (2000, p. 31-32) defendia que “necessitamos, portanto, de uma abordagem holística e interdisciplinar [...] em favor do alcance de caminhos sábios para o uso e aproveitamento dos recursos da natureza, respeitando sua diversidade.”. Ou seja, desde o primórdio das discussões, há uma crescente preocupação em buscar soluções que promovam um crescimento econômico aliado ao pensamento de conservação dos recursos naturais sem comprometer sua resiliência nem a capacidade produtiva da humanidade, levando também em consideração que não somente o fator econômico deveria ditar e ser guia do desenvolvimento, ideia defendida como principal visão de mundo apresentada pelo sistema econômico capitalista, pelo contrário, as outras áreas e questões teriam tanta relevância quanto o fator econômico, e que por isso o novo modelo deveria agregar e ampliar suas bases teóricas.

No intuito de alcançar tal objetivo, Sachs (2000, p. 67) enfatiza que “a biodiversidade necessita ser protegida para garantir os direitos das futuras gerações. Todavia, isso não quer dizer que a proteção deva se concretizar exclusivamente em santuários invioláveis”. Desse modo, se torna viável pensar no uso produtivo de todos os recursos que não necessariamente prejudiquem o meio ambiente nem destruam sua diversidade.

Nessa nova ideia de desenvolvimento, não se faz necessário impor uma proibição do uso dos recursos naturais como modo de garantir sua manutenção, mas sim de estabelecer uma limitação e uso consciente. Isto quer dizer que a resposta para a superação dos problemas apresentados não seria a de privar ou extinguir o processo produtivo, e sim de torná-lo adequado às capacidades de resiliência do ambiente. Portanto, é fundamental, ainda de acordo com Sachs (2000, p. 69), “pensar em uma nova forma de civilização, fundamentada no uso sustentável dos recursos renováveis”, onde uma vez estabelecido que há uma crise ambiental, independente das causas da mesma, há uma preocupação em não exaurir os recursos à disposição e não provocar mais danos ao ambiente e todos aqueles que estão inseridos nele, principalmente os seres humanos.

De acordo com Veiga (2010) o desenvolvimento sustentável traz um novo imperativo global que exige mudanças na ideia ultrapassada de desenvolvimento no que diz respeito à sustentabilidade ambiental do crescimento e da melhoria da qualidade de vida. Não mais somente o fator econômico tem destaque ou é passível de preocupação. Há, principalmente dentre diversas temáticas, a necessidade de mudar a dicotomia existente entre crescimento econômico e o meio ambiente.

Seguindo esse mesmo raciocínio, o Sachs (2000, p.48-49) diz que “a revolução ambiental [...] teve consequências éticas e epistemológicas de longo alcance, as quais influenciaram o pensamento sobre o desenvolvimento”, ou seja, passa-se ao domínio de um

novo paradigma que modela e estrutura a dinâmica social e conseqüentemente passa a nortear as políticas públicas, especialmente as voltadas para a promoção do desenvolvimento.

A próxima seção apresentará uma categoria analítica que emergiu no começo dos anos 2000 e que compartilha dos mesmos fundamentos do desenvolvimento sustentável, qual seja, a preocupação com o uso dos recursos naturais, mas que, diverge deste pelo alcance restrito ao campo teórico brasileiro face a sua característica específica de possuir uma vasta diversidade biológica e cultural.

1.2 Sociobiodiversidade

Aqui temos a próxima categoria analítica também importante na construção dos projetos que adiante serão apresentados e que contribuirá para complementar o primeiro termo apresentado previamente, o desenvolvimento sustentável.

Dito isto, outro importante conceito a se trabalhar é o da sociobiodiversidade, que conforme apresentado por Hirata (2023) mesmo sendo debatido por décadas, foi consolidado somente no ano de 2009 a partir do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB), lançado através da Portaria Interministerial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), de nº 239/09 (BRASIL, 2009a), cujo o principal objetivo era segundo o mesmo autor “de estabelecer um plano de ação para o fortalecimento das cadeias de produtos da Sociobiodiversidade [...] voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável, geração de renda e justiça social” (BRASIL, 2009a)

Em outras palavras, dentre as metas almejadas pelo plano se inseria a busca por promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade aliado ao reconhecimento e valorização do conhecimento dos povos e comunidades tradicionais em busca de suprir as demandas atuais, principalmente no que tange à emergência climática e a busca por sustentabilidade dos processos, essa última sendo a principal discussão que corrobora para uma maior visibilidade dos projetos voltado ao fomento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade.

A implementação desse projeto em âmbito nacional também tem como base segundo Hirata (2023) a importância de reconhecer as formas de manejo seculares da biodiversidade e dos produtos e serviços originários dela na promoção do desenvolvimento nacional aliado principalmente à participação plena dos Povos, Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PCTAF) no processo, uma vez que estão diretamente conectados e

integrados a isso, e serem os principais atores responsáveis pela detenção do conhecimento acerca do meio e processo que estão inseridos.

Assim, no intuito de reforçar a importância de estabelecer a contribuição desses agentes dentro do modelo de desenvolvimento brasileiro, principalmente dentro do contexto do bioma amazônico, o termo sociobiodiversidade significa de acordo com Brasil (2009a) “a inter-relação entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais”, fortalecendo a prerrogativa que não somente esse grupo social ocupa lugar de destaque do processo produtivo, bem como é fundamental na perspectiva de alternativas produtivas consideradas aliadas à preservação da biodiversidade. Não somente esse plano como outros com a mesma base teórica reforçam essa ideia, como veremos a seguir.

Em vista disso, a conceituação de sociobiodiversidade tem como referência os marcos normativos que balizam esse segmento, tais como a Criação da Política Nacional de Biodiversidade (Decreto nº 4.339 de 22/08/2002) responsável segundo o decreto por “instituir princípios e diretrizes para implementação, na forma de lei, da Política Nacional da Biodiversidade” (BRASIL, 2002, p. 1), como resultado do comprometimento assumido pelo Brasil sobre Diversidade Biológica durante a participação de representantes do Estado Brasileiro na Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CUMAD), realizada no ano de 1992 e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº 6.040 de 07/02/2007) que segundo Brasil (2007) enfatizam o reconhecimento, fortalecimento e garantia de direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais dos povos e comunidades tradicionais.

Ambos, os decretos têm sua relevância e participação significativa para a construção do que anos depois seria estabelecido pelo PNPSB. É importante destacar, que dentre os princípios estabelecidos por ambas as políticas, há uma notória convergência de ideias no que tange ao reconhecimento e valorização da diversidade socioambiental e cultural e como resultado a manutenção da pluralidade ambiental, cultural, econômica e social estabelecida pela PCTAF, ratificando e alinhando o que fora definido como conceito estabelecido pelo termo sociobiodiversidade.

Como já destacado anteriormente, o termo sociobiodiversidade expressa a relação entre biodiversidade e os sistemas socioculturais e o objetivo proposto pelo Plano da Sociobiodiversidade é justamente de promover uma maior articulação no desenvolvimento das ações voltadas à diversidade biológica e diversidade sociocultural sem precedentes carregadas de um vasto conhecimento e capacidades singulares dentro do ambiente que estão inseridas no

território brasileiro através do estabelecimento de 10 diretrizes estratégicas, dentre as quais segundo o mesmo autor são:

- i. Promover a conservação e uso sustentável da biodiversidade
- ii. Promover o reconhecimento do direito dos povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e agricultores familiares ao acesso aos recursos da biodiversidade e à repartição justa e equitativa de benefícios
- iii. Promover a valorização e o respeito da diversidade cultural e conhecimento tradicional
- iv. Promover a segurança alimentar e nutricional a partir da alimentação diversificada
- v. Buscar a agregação de valor socioambiental, com geração de emprego, renda e inclusão social
- vi. Construir e consolidar mercados regidos por valores de cooperação, solidariedade e ética
- vii. Adotar a abordagem de cadeias e arranjos produtivos, o enfoque participativo, territorial e sistêmico como elementos de concepção e implementação do Plano
- viii. Promover o empoderamento e controle social
- ix. Promover a articulação intra e interinstitucional, e intersetorial
- x. Implementar uma estrutura de gestão com base no compartilhamento de responsabilidades entre os setores público, privado e a sociedade civil organizada (BRASIL, 2009a p.10).

Em suma, essas diretrizes focam em aliar a conservação ambiental das florestas, preservando a biodiversidade brasileira aliado a melhoria nas relações econômicas ao visibilizar produtos com baixo impacto no meio ambiente, comportamento esse enraizado no modo de vida dos PCTAF.

Dentro desse contexto temos as cadeias de valor responsáveis por apresentar uma estrutura que auxilie a visibilidade e expansão de produtos da sociobiodiversidade, uma vez que que a cadeia de valor segundo Almeida, Alves, Pires (2012, p. 35) “é utilizado no contexto dos produtos da sociobiodiversidade e considera a agregação de valores não monetários ao produto ao longo de suas etapas de produção”, sendo, portanto, fundamental para a implementação de um modelo de desenvolvimento socioeconômico sustentável baseado no fortalecimento de cadeias produtivas que baseiam seus produtos na floresta e na sociobiodiversidade possibilitando um meio de manutenção de práticas de acordo com os propósitos que a categoria analítica propõe, uma vez que de acordo com os mesmos autores:

[...] o fortalecimento das cadeias produtivas de produtos e serviços gerados a partir dos recursos da socio biodiversidade, é fundamental para possibilitar a integração da conservação e uso sustentável dos ecossistemas ao desenvolvimento econômico sustentável do país. (ALMEIDA; ALVES; PIRES, 2012, p. 33)

Portanto, é de suma importância a criação de vários programas que busquem estruturar arranjos produtivos sustentáveis, que valorizem os conhecimentos de povos e

comunidades tradicionais, reconhecendo também o manejo florestal (atividade comum entre os PCTAF) como uma forma de prática sustentável da administração da floresta para obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando os mecanismos de sustentação do ecossistema e dando visibilidade aos agentes inseridos no contexto.

A seção seguinte também apresentará uma categoria analítica que segue os mesmos fundamentos das duas anteriormente apresentadas com o diferencial de ser a mais amplamente discutida e usada como norteadora de projetos e pesquisas nos dias atuais, apesar de ser um conceito já discutido há muitos anos, e que conseqüentemente tem alcançado mais notoriedade.

1.3 Bioeconomia

O termo Bioeconomia é um conceito cuja disseminação é recente, apesar dos primeiros registros da ideia que compõe o termo remeter, de acordo com Bonaiuti (2016), a figura de Georgescu-Roegen, autor que apresentou suas ideias na segunda metade da década de 1960, ou seja, anterior até mesmo ao surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável, que se deu nos anos 80 com o lançamento do Nosso Futuro Comum. De acordo com Bonaiuti (2016, p. 49) Georgescu-Roegen considerava “a bioeconomia [...] um pilar fundamental do decrescimento”.

Ainda de acordo com o mesmo Bonaiuti (2016) o termo bioeconomia foi usado pela primeira vez no final da década de 1960, por Jiri Zeman, da Academia Checoslovaca em um contexto que significava uma “nova economia” onde era necessário reconhecer os aspectos biológicos na análise dos processos econômicos, o que veríamos posteriormente ser o principal campo de estudo de Georgescu em meados dos anos 1970, onde ele, dentre outros autores, discute de maneira geral que um dos principais pontos da teoria seria a de que o modo produtivo baseado no crescimento ilimitado não condiz com os limites biofísicos do planeta.

Além disso, há um outro ponto a se destacar, conforme Bonaiuti (2016, p. 50) “as interações recíprocas que o processo econômico estabelece com ‘organizações socioculturais’”, nas quais Georgescu reitera o fato de que não apenas o âmbito econômico tem relevância dentro das discussões relativas aos processos produtivos, e que também as instituições, ou seja, o âmbito social, o homem e a sociedade, dentre outros âmbitos – mas principalmente o citado – também devem ser considerados, já que em um momento anterior a preocupação com as premissas culturais e o contexto social de cada economia tão pouco era levado em consideração ou em alguns casos nem mesmo existia.

Embora essa primeira ideia muito se assemelhe com os conceitos hoje apresentados de bioeconomia, na atualidade o mesmo tomou proporções maiores que se diversificam de acordo com o propósito almejado. De acordo com Bueno e Torres (2022, p. 14) “o termo bioeconomia tem sido amplamente discutido e difundido nos últimos 10 anos como um importante conceito”. Assim, temos que o conceito emergiu nos holofotes somente muitos anos após os primeiros resquícios de estudos ligados à área.

Dessa forma, na atualidade o termo bioeconomia tornou-se um conceito polissêmico no qual cada agente ou organização o utiliza da forma que lhe é mais conveniente. A seguir será apresentada uma dentre as diversas definições de bioeconomia no cenário atual, assimilando que essa é uma abordagem escolhida pelos autores.

Em um artigo intitulado “O que é bioeconomia? Uma revisão da literatura” (tradução nossa) os autores Bugge, Hansen e Klitkou (2016, p. 1, tradução nossa) iniciam o texto elucidando o fato de que a “bioeconomia ganhou muita importância em debates científicos e políticos na última década e frequentemente é mostrada como uma parte da chave que solucionará os difíceis e múltiplos desafios da atualidade”.

A partir de uma revisão literária os autores Bugge, Hansen e Klitkou (2016) identificaram 3 visões principais consideradas ideais e de acordo com a característica multifacetada do termo que alcança múltiplas áreas da ciência: bioeconomia biotecnológica, bioeconomia dos biorrecursos e bioeconomia bioecológica. Apesar de possuírem muitos pontos em comum, as 3 abordagens diferem entre si em seus objetivos e na concepção de relevância e utilidade.

A bioeconomia biotecnológica tem como seu principal objetivo a promoção de crescimento econômico e criação de emprego nos diferentes setores, alcançado através da pesquisa, uso e comercialização da biotecnologia. Em um plano secundário têm-se o atendimento aos critérios de sustentabilidade, considerado aqui uma premissa não fundamental. De modo geral, o desenvolvimento tecnológico é visto como essencial na melhoria da eficiência dos processos produtivos. Ou seja, o progresso técnico seria a solução para os diversos problemas encontrados ao longo dos processos econômicos, tais como a finitude de recursos e uma utilização mais adequada do mesmo, buscando de forma prioritária um maior crescimento, e ainda teria como resultado ocasional uma qualquer eficiência ambiental, considerada mais sustentável mesmo que não efetiva, o que constituiria segundo Costa, et al (2022, p. 2) “um modelo de interação linear entre ciência, tecnologia e produção.” Nessa abordagem se justifica um intenso investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) que outrora se converterá em benefícios quando aplicados no mercado. Destaca-se, ainda que esta abordagem tem sido

dominante nos países do norte global, liderados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Na visão da bioeconomia dos biorrecursos, mesmo que se assemelhe à primeira em relação à busca por crescimento econômico, aqui a sustentabilidade possui um papel mais protagonista, ao esperar que ambos decorram da aplicação de bioinovação. Assim como é aguardado de acordo com Bugge, Hansen e Klitkou (2016) que se atinja o crescimento econômico na visão anterior através da capitalização da biotecnologia, aqui é aguardado o mesmo efeito só que através da capitalização dos biorrecursos. Ou seja, o foco aqui é no desenvolvimento de produtos feitos com matéria-prima de base biológica que proporcionem a criação de uma nova cadeia de valor mais adequada às questões ambientais, principalmente no que concerne a gestão dos resíduos gerados ao longo dos processos produtivos. Outra diferença com relação à visão anterior diz respeito ao uso do solo, onde nesta visão há uma expressão mais preocupada em coibir a degradação ambiental. Essa abordagem ganha destaque no contexto de emergente transição energética e a necessidade urgente de descoberta de novas fontes de energia que substituam o combustível fóssil.

Tanto na primeira como na segunda visão o papel de atividades relacionadas à pesquisa e inovação são destacadas como importantes condutoras no quesito criação de valor, e tem a sustentabilidade como objetivo secundário.

Na terceira visão, denominada bioeconomia bioecológica, têm-se como principal objetivo a sustentabilidade, através da promoção da biodiversidade e da conservação dos ecossistemas, com o desenvolvimento de serviços ecossistêmicos que gerem produtos com qualidade baseados em práticas sustentáveis/ecológicas em detrimento do crescimento econômico. Aqui também há um investimento na pesquisa, desenvolvimento e inovação, porém voltados a visão bioecológica onde é possível identificar a ênfase na criação de um modo de produção circular e autossustentável que incorpore um modo de produção pautado em práticas orgânicas e ecológicas e na ampla participação social nas pautas, alinhada à ideia apresentada de “sustentabilidade forte” (BUGGE, HANSEN E KLITKOU, 2016 apud COSTA et al, 2022).

Esta última visão, no entendimento de Costa, et al (2022), é a que melhor se adequa à região Amazônica e justifica dizendo que o conceito de bioeconomia mais adequado ao bioma é aquele cuja premissa busca a conservação do equilíbrio biótico e climático do planeta sem prejudicar o desenvolvimento socioeconômico e o bem-estar das populações que vivem nesses biomas. Assim, de acordo com Costa, et al (2022, p .14):

a bioeconomia em uma floresta tropical [...] deva ser um sistema econômico cujo fundamento é a existência concreta do bioma, considerado como um sistema vivo, diverso e livre de desmatamento, marcado por uma interação positiva, respeitosa e sustentável com sociedades humanas

Com isso, Costa et al (2022), bem como Abramovay et al (2021) enfatizam a importância de diferenciar-se o conceito de bioeconomia adotado pelos países do norte global, pouco biodiversos e preocupados com a transição energética, dos países do sul global megabiodiversos e diferenças socioculturais significativas. Tais autores inclusive advogam pela criação de uma bioeconomia específica para Amazônia.

Deste modo, perante todas as categorias analíticas até o momento apresentadas e os seus objetivos almejados, faz-se necessário apresentar a ferramenta adequada utilizada para implementar tais objetivos. No tópico seguinte será apresentado o conceito de Políticas Públicas que se constituirá, no capítulo seguinte, tal ferramenta primordial.

1.4 Políticas Públicas

A área do conhecimento denominada Políticas Públicas apresenta inúmeras e diversas definições, portanto, não possui um só conceito que a defina, como se enfatiza por Rua (2014, p. 5) “discussões teóricas inconclusas, com autores importantes defendendo pontos divergentes e, na maioria das vezes irreconciliáveis”. Corroborando com a perspectiva apresentada por Rua das várias conceituações do termo Políticas Públicas, Souza (2003, p. 12-13) afirma que:

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Lynn (1980) a define como um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell (1936/1958), ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

Pode-se citar autores mais recentes que definem Políticas Públicas como “uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público” (SECHI, COELHO E PIRES, 2019, p. 2). Por essa definição a política pública seria a principal ferramenta de ação em resposta a uma demanda pública.

Sabe-se que, segundo Souza (2006), a área das Políticas Públicas tem seu berço nos Estados Unidos da América a partir da década de 1950, apesar de haver certa contribuição teórica ao tema anterior a esse período. Diferentemente da perspectiva europeia que baseava seus trabalhos em resultados de desdobramentos de teorias explicativas sobre o papel do Estado (principal agente produtor de políticas públicas), a área se estabelece primeiramente no meio acadêmico com ênfase nos estudos acerca das ações desempenhadas pelos governos sem necessariamente desenvolver vínculos com as bases teóricas sobre o papel do Estado.

Ainda segundo Souza (2006, p.22) “em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser (a) formulado cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes”. Deste modo, temos o surgimento da área de estudo como sendo uma subárea da ciência política, logo um ramo voltado a compreensão de como e porque os governos produzem e escolhem realizar determinada ação em prol de que e de quem.

No intuito de diferenciar os principais termos utilizados dentro do estudo das políticas públicas, têm-se, de acordo com Souza (2006), a contribuição de quatro grandes “pais” fundadores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton.

Harold Laswell foi o primeiro a contribuir na área, em meados da década de 30, ao introduzir a expressão *policy analysis* para se referir à análise de política pública, ou seja, a ponte entre os estudos científicos dos problemas com aqueles que faziam as políticas públicas.

Hebert Simon, foi responsável pela introdução, por volta da década de 50, do “conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*)” (SOUZA, 2006, p. 23). Tal conceito debatia em torno do conhecimento racional, no qual o mesmo deveria ser estabelecido por estruturas que moldariam e direcionariam o comportamento que outrora pudesse ser desviado do resultado almejado, ou seja, era necessário compreender os limites à racionalidade, principalmente daqueles responsáveis por produzir políticas públicas.

Charles Lindblom foi importante ao propor a incorporação de outras variáveis que não somente ligadas à racionalidade, tais como “as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio” (SOUZA, 2006, p. 24).

Por fim, David Easton teve uma importante contribuição por “definir a política pública como um sistema”, caracterizada por ter processos e etapas distintas desde a sua formulação até seus resultados e impactos (SOUZA, 2006, p. 24).

Diante de tudo que foi exposto, e partindo de todos os conceitos estabelecidos em todo o processo de construção do conceito de políticas públicas, há uma vertente em comum

que se refere, segundo Souza (2006, p. 25), “a essência da política pública, isto é, o embate em torno de ideias e interesses”.

Em consonância com o conceito de Políticas Públicas apresentado por Secchi, Coelho e Pires (2022) e aliado à principal característica da vivência em sociedade estabelecida por Rua (2009, p.15) como sendo “complexa e potencialmente envolva, ao mesmo tempo, múltiplas possibilidades de cooperação, competição e conflito.”, têm-se o lado positivo a partir do estabelecimento de relações positivas, amistosas e harmoniosas que sejam agregadoras no contexto social, e há também o lado negativo com o surgimento de demandas de caráter coletivo com inúmeros interesses conflitantes que promovem desagregação, e demandam um estudo, uma análise para abranger esses aspectos e estabelecer limites fundamentais na manutenção do bem-estar coletivo.

De acordo com Rua (2014, p. 6) “há apenas dois meios: a coerção pura e simples, de um lado; e a política, de outra”, em que a segunda se mostra mais efetiva no longo prazo, pois tem em suas raízes o objetivo de resolver conflitos, e uma das ferramentas para se concretizar a política é através de uma política pública, muito embora adiante em seu texto Rua também afirme que “embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública.” (RUA, p. 8)

Para além da resposta a um conflito ou problema, de acordo com Souza (2006, p. 25) “qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade”, ou seja, para além de um só campo ou área do conhecimento, ela deve ser multidisciplinar e objeto das mais variadas disciplinas no intuito de não somente promover ações concretas e eficazes como também ampliá-las para programas, projetos entre outros.

De acordo com Secchi, Coelho e Pires (2022) há de se evidenciar quem tem o protagonismo no estabelecimento de políticas públicas, ou seja, quem é o principal autor a frente das ações, como forma de conceituar o termo. Por esse prisma, há duas principais abordagens estabelecidas: a abordagem multicêntrica pautada em *‘policy networks’* que quer dizer uma rede de atores por trás da política pública e a abordagem estadocêntrica onde os atores são de modo unânime estatais. Como evidenciado por Rua (2014, p. 8) “embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política Pública”, afirmação importante para destacar mais a frente que os atores envolvidos em cada projeto não necessariamente são elaborados partindo da ação do estado, bem como nem toda ação do estado é voltada a dimensão pública.

As abordagens apresentadas por Secchi, Coelho e Pires reforçam essa ideia pois enquanto na abordagem Estadocêntrica tem-se as decisões e ações pautadas na autoridade soberana do Estado, na abordagem Multicêntrica destaca-se a participação plural de atores sociais tanto quanto dos atores estatais, e por isso o caráter público não se define de acordo com essa última abordagem de acordo com a figura do estado como protagonista e sim quanto ao público alvo, ou seja, de cunho coletivo para resolver um problema público. Essas diferenças serão evidenciadas no próximo capítulo em cada projeto.

No que tange a organização estrutural de uma política pública, Secchi, Coelho e Pires (2022) afirmam ser um dos vários embasamentos teóricos existentes que estudiosos da área utilizam como ponto de partida para sugerir um conceito, no qual é sugerido por alguns autores “as políticas públicas como somente macro diretrizes estratégicas, ou conjunto de programas” (SECCHI, COELHO E PIRES, 2022, p. 9).

Dessa forma, as políticas públicas se constituem como uma ferramenta capaz de organizar e estabelecer um objetivo a ser realizado por seus ‘elementos operativos’; elementos esses definidos em programas, planos e projetos. Em outros termos, Secchi, Coelho e Pires (2022, p. 9) enfatizam que a relação estabelecida entre as instituições sociais, a política em si e a própria política pública “se traduz, então, em artefatos gerenciais como planos (macrodiretriz estratégica), os quais se concretizam em ação por meio de programas (conteúdo tático-gerencial). Estes, por sua vez, se subdividem em projetos e são sustentados por processos”, constituindo uma hierarquia voltados a uma linha traçada em torno do objetivo principal estabelecido primeiramente pela política pública.

2 PROJETOS DE FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DESENVOLVIDOS NA COMUNIDADE ERERÊ

Neste Capítulo serão abordados de maneira mais detalhada os projetos implementados na comunidade do Ererê, local foco deste trabalho, durante o período compreendido entre os anos 2000 a 2023. Cada projeto tem como base uma categoria analítica diferente por diversos motivos, dentre eles ao considerar a conjuntura temporal no qual cada projeto estava inserido, como parâmetro. Portanto, será apresentado no fim do capítulo a maneira que se relaciona cada categoria analítica e abordagem de política pública com os projetos apresentados.

De maneira geral, o objetivo deste capítulo é apresentar uma discussão de como as políticas públicas foram utilizadas como meio para promover a implementação de projetos de base sustentável, pautados em diferentes categorias analíticas, alinhados a um objetivo principal: a conservação ambiental e manutenção do modo de vida da população tradicional localizada na comunidade do Ererê, através do fomento à cadeia produtiva do fruto buriti, típico da região, que foi alvo do primeiro projeto e assim permaneceu nos projetos seguintes.

Para isso, o capítulo será dividido em 3 tópicos: caracterização da comunidade com um subtópico de detalhamento da cadeia do buriti na comunidade; apresentação dos projetos subdivididos em 3 tópicos de apresentação e detalhamento de cada um; por fim uma linha do tempo dos projetos e um quadro síntese elaborado pela autora de todos os projetos, seguida da análise do mesmo.

2.1 Caracterização da Comunidade

Esta pesquisa teve como alvo a comunidade Ererê que se localiza no entorno do Parque Estadual de Monte Alegre (PEMA), dentro do território da APA Paytuna situada no município de Monte Alegre, no estado do Pará. Como resultado das disposições e objetivos apresentados na Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.340 de 22 de agosto e 2002, instituíram o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) “que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação nacionais [...] que, de forma geral, assegurem: a representatividade de amostras significativas da biodiversidade e do meio ambiente no conjunto de UC” (BRASIL, 2011 apud IDEFLOR-BIO, 2018, p. 23), ambas as Unidades de Conservação (UCs) foram criadas no ano de 2001.

O PEMA que se enquadra como uma Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral foi criado pela Lei Estadual nº 6.412 de 09 de novembro de 2001 envolvendo originalmente uma superfície de 58,00 km² (5.800 ha) enquanto a APA Paytuna que se enquadra como uma UC de Uso Sustentável foi criada pela Lei Estadual nº 6.426 de 17 de dezembro de 2001 possuindo originalmente uma área de 561,29 km² (56.129 ha), esta última tendo o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-BIO) como Unidade Responsável pela Gestão da Área. Tanto o PEMA quanto a APA Paytuna tiveram seus limites retificados em leis posteriores à sua criação, com o intuito de atender às demandas das comunidades inseridas dentro das UCs.

De acordo com Melo (2019) o município de Monte Alegre onde se localiza o Parque Estadual se apresenta como uma das mais antigas fundações urbanas da Amazônia brasileira tendo registros de pesquisadores que visitaram o local no século XVI e também possui destaque dentre os municípios paraenses devido a presença de sítios arqueológicos que contam com pinturas rupestres, restos de cerâmicas milenares e outros instrumentos como pontas de flechas de várias formas, que de acordo com a pesquisadora Roosevelt et al., em seu trabalho publicado no ano de 1996, indicam a ocupação humana em grutas do Parque datada entre 11.200 e 9.800 anos atrás (ROOSEVELT et al. 1996 apud BRASIL, 2009b) e reforçado por Melo (2019, p. 52) “o patrimônio arqueológico de Monte Alegre representa uma peça indispensável do grande quebra-cabeça da reconstrução da ocupação humana pré-colonial do continente americano.” Todas essas características “têm atraído atenção de estudiosos e pesquisadores a pelo menos 3 séculos”

Apoiado nisso, a descoberta desse patrimônio histórico e cultural que precisa de preservação, aliado as belezas naturais da região que possibilitam o desenvolvimento de atividades relacionadas turismo e dos estudos realizados pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Estado do Pará (IDESP), o Governo do Estado começou a propor a criação de áreas de proteção (MELO, 2019, p. 56) desde meados da década de 1990; porém a criação das UCs se consolidou apenas após a criação do SNUC.

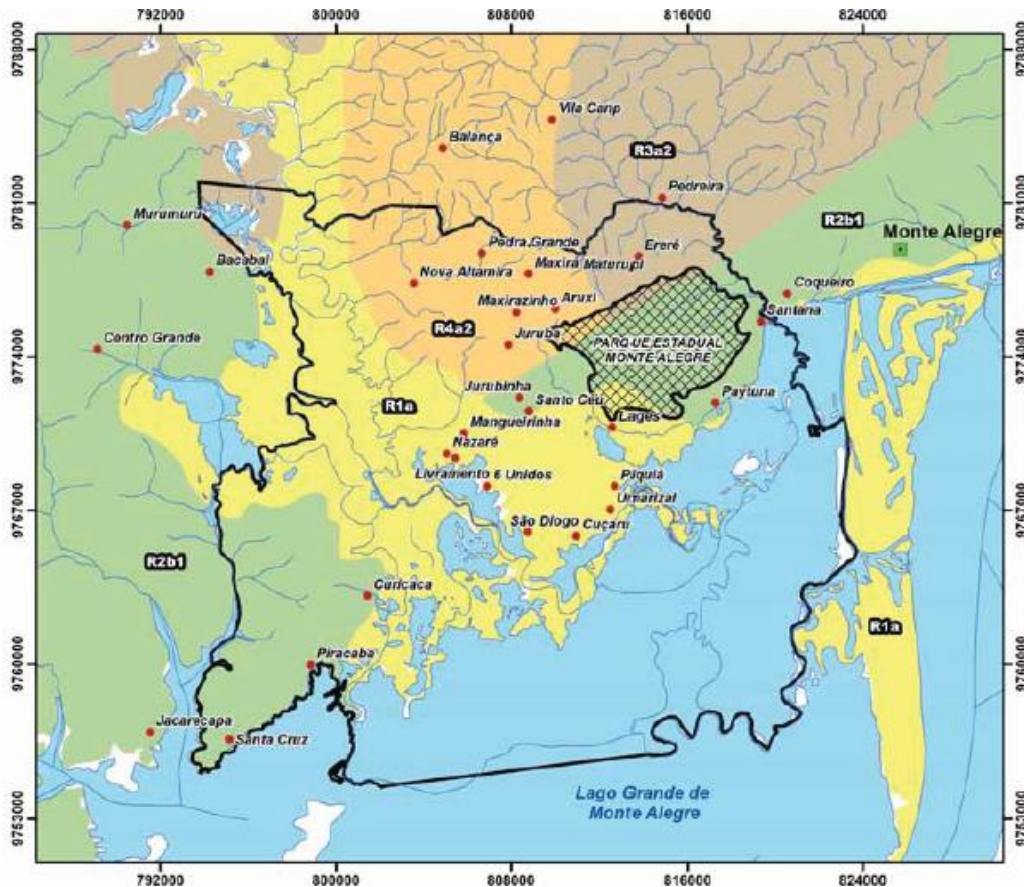
Ainda de acordo com o mesmo autor, partindo dos mesmos argumentos apresentados na criação do PEMA, houve a necessidade de criar a APA Paytuna que serviria de acordo com o artigo 2º do SNUC como zona de amortecimento, que se configura como “o entorno das unidades de conservação e que nessas áreas as atividades humanas estão submetidas a normas e restrições específicas, visando minimizar impactos negativos à UC” (MELO, 2019, p. 61). Com base nisso, um dos propósitos da APA Paytuna consiste em “conservar e recuperar os

ecossistemas naturais englobados ou parte destes, visando a melhoria da qualidade de vida das populações humanas locais, por meio de trabalhos de desenvolvimento sustentado”. (MELO, 2019, p. 61)

Em consonância aos objetivos estabelecidos pela SNUC, todas as UCs criadas devem segundo IDEFLOR-BIO (2018) possuir seja um Plano de Manejo seja um Plano de Gestão constando a área demarcada e as normas balizadoras quanto ao uso da área e dos recursos naturais disponíveis. O Plano de Manejo do PEMA conforme Silva (2008) teve sua primeira proposta de elaboração feita pela equipe de pesquisadores do Museu Emilio Goeldi (MPEG) e entregues à equipe da Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM) no mesmo ano de criação do parque, porém sua elaboração se iniciou somente no ano de 2005 após, de acordo com Silva (2008), a parceria firmada entre o MPEG com a Companhia Paraense de Turismo (PARATUR) e a Fundação Instituto de Desenvolvimento da Amazônia (FIDESA), com recursos do Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR). Ou seja, de maneira geral, segundo Silva (2008) todo processo de criação do PEMA, da APA Paytuna e dos Planos de manejo tem em comum seu embasamento teórico nos resultados dos estudos feitos pela SECTAM a partir dos recursos disponibilizados pelo PROECOTUR, que a partir do interesse arqueológico da área identificou áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade encontrada na região do município de Monte Alegre.

Por conseguinte, somente em 2018 foi elaborado o primeiro Plano de Gestão da APA Paytuna onde é possível verificar segundo IDEFLOR-BIO (2018) que a UC abriga em sua área aproximadamente 25 comunidades (como pode ser observado na Figura 1 a seguir), entre elas a comunidade do Ererê e está integralmente inserida dentro do Município de Monte Alegre. Trata-se de um local com características únicas, e que por isso uma das justificativas utilizadas para afirmar a necessidade da criação da APA Paytuna “decorre da valorização e da consequente busca de meios para defender aspectos singulares reunidos em uma mesma região do estado do Pará” (IDEFLOR-BIO, 2018, p. 32), o que autor continua a enfatizar ao descrever a região como detentora de “belezas cênicas da região somadas aos aspectos da geologia e da arqueologia” (IDEFLOR-BIO, 2018, p. 32), possibilitando não somente um enorme potencial ligado ao manejo dos recursos naturais presentes na natureza da região, como também um importante desenvolvimento do turismo ecológico.

Figura 01- Mapa da APA Paytuna e do PEMA



Fonte: IDEFLOR-BIO (2018, p. 323)

A comunidade do Ererê é uma dentre as 25 comunidades localizadas na área onde se compreende a APA Paytuna, que abriga segundo IDEFLOR-BIO (2018) 81 famílias, possuindo uma infraestrutura básica composta por uma escola municipal, fornecimento 24 horas de energia elétrica por uma empresa privada, acesso à água via microssistemas e poços artesanais particulares, além de possuir estrutura social composta pela Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Ererê (APRORE) criada no ano de 2001, mesmo ano em que foram implementadas as leis de criação das UCs APA Paytuna e PEMA, e que possui até os dias de hoje status de ativa e em funcionamento, principalmente dentro do conselho do PEMA, e uma estrutura religiosa representada por um igreja católica e uma evangélica atuantes na comunidade. O acesso à comunidade se dá exclusivamente por via terrestre através da Rodovia Estadual PA-255 sentido ramal do Ererê localizado no Km 12 e distante da sede Monte Alegre aproximadamente 60 Km.

Com relação à paisagem encontrada no local, a comunidade está inserida em uma região que faz parte do bioma amazônico onde encontra-se uma rica diversidade de ecossistemas, abrangendo de acordo com Serafim (2015) desde uma densa floresta ombrófila

até áreas serranas, zonas aluviais, savanas e vegetação secundária, como capoeira. Toda essa biodiversidade e variedade de habitats oferece um ambiente rico com um enorme potencial a ser conservado através de práticas de cunho sustentável.

Por possuir uma rica diversidade biológica, a comunidade tem sua base econômica e de subsistência no desenvolvimento de acordo com Magalhães (2008) de atividades produtivas relacionadas à agricultura familiar, a criação de gado, galinha, pato, ganso e porcos em pequena escala voltados ao consumo próprio, bem como a pesca e o extrativismo com ênfase no açaí e buriti. Essa última atividade, será de relevância nesse trabalho uma vez que a prática de manejo e uso sustentável dos recursos naturais disponíveis, com destaque para o fruto do Buriti, desempenha um importante papel na riqueza ambiental e cultural do local, e foi por vezes fonte de renda a alguns comunitários.

2.1.1 O uso do buriti na comunidade

Dentre toda essa diversidade ambiental tem-se o buriti que é um recurso de acesso comum, compreendido por Ostrom e Ostrom (1970) como os bens que possuem como características a não exclusão e a subtrabilidade¹ e, portanto, deve estar disponível para todos os moradores da APA Paytuna. Inclusive da comunidade Ererê, localizado em uma área que fica no igapó às margens do rio Ererê. É importante destacar que o fruto do buriti é uma espécie nativa que oferece diversos produtos, como polpa, óleo e fibra.

A produção do buriti na comunidade, segundo Magalhães (2008) tem alcance no mercado local que atende à demanda da própria comunidade, de comunidades próximas e a feira da cidade de Monte Alegre. Ainda de acordo com a autora, o uso do buriti como recurso economicamente útil se destaca como marca tradicional da comunidade pelo manejo extrativista e por ser uma prática repassada entre as gerações que provém certa renda aos comunitários.

Evidenciou-se no decorrer das pesquisas realizada a partir do Projeto denominado “Acesso e uso dos recursos comuns por comunidades extrativistas: o fortalecimento da cadeia produtiva do buriti na comunidade Ererê localizada na APA Paytuna em Monte Alegre”, iniciado em 2021 e publicado em artigo, a importância econômica e social do Buriti principalmente pelo seus múltiplos usos como evidenciado por Leão et al (2022, p. 187) “i) do

¹ As duas características centrais dos bens públicos: A não exclusão não permite se negar a um determinado usuário ou grupos de usuários o uso ou benefício do bem e a subtrabilidade de um bem ou serviço ocorre quando o consumo desse bem ou serviço por alguém impede o consumo ou uso por outrem. (SANTOS, 2019)

fruto: polpa, óleo e outros produtos alimentícios processados; ii) da palha: fibra para artesanato e cobertura de casas; iii) do pecíolo: móveis, utensílios e artesanato; iv) da semente: artesanato e café”. Inclusa a essa gama de usos descritos, as oportunidades possíveis que se destacam no processo da cadeia do Buriti se enquadram a “grande diversidade de subprodutos; existência de um mercado diferenciado; alta qualidade cosmética do óleo; alta qualidade nutricional da polpa, alto valor de mercado para o óleo.” (Leão et al, 2022, p. 188).

Entretanto, mesmo com tanto potencial e tantas oportunidades apresentadas como fomentadoras dessa cadeia produtiva é descrito em algumas literaturas entraves tanto quanto à gestão e uso desses recursos, bem como a pouca visibilidade e participação irrisória dessas cadeias produtivas dentro da formação do espectro econômico brasileiro. Dentre os entraves encontrados e destacados pela pesquisa estão:

[...] mercado não consolidado; pouca organização social e produtiva; alta perecibilidade da polpa; alto custo de produção do óleo; pouco conhecimento em tecnologias de extração do óleo; irregularidade na oferta e na demanda; e falta de conhecimento sobre boas práticas de manejo e capacidade de coleta (Afonso & Ângelo, 2011 apud Leão et al 2022, p. 188)

Todo esse contexto de oportunidades e desafios destacados corroboram para a construção de uma prerrogativa de necessidade de se desenvolver e implementar projetos que mitiguem esses entraves, e oportunizem a valorização e ampliação não só da cadeia produtiva do Buriti, como de todos processos produtivos baseados em práticas sustentáveis.

Considerando o fato de que há atualmente uma constante busca por soluções e meios que compatibilizem desenvolvimento sustentável aos padrões de produção e consumo sem comprometer o crescimento econômico alinhando-os às questões ambientais e sociais, a implementação de políticas públicas com base em categorias analíticas com esse propósito, se apresenta como possível resposta a esse problema.

Acerca da importância do desenvolvimento de projetos como os que serão apresentados, Magalhães (2008, p. 5) reitera em seu trabalho que:

A atuação de profissionais de instituições de pesquisa para o desenvolvimento, mediante projetos de caráter comunitário, tem assumido na Amazônia a posição de canal para a injeção de modernidade em comunidades de população local, onde a falta de desenvolvimento pode ser interpretado como ameaça à conservação da natureza.

Com isso a autora evidencia que comunidades, tais como o Ererê, que buscam estabelecer de maneira mais tradicional seus processos produtivos, precisam do apoio de projetos como os implementados na comunidade para se consolidarem, e que mais do que isso,

para prosperarem e até mesmo existirem. Esse tipo de cadeia gera benefícios não só a comunidade como também à sociedade no geral ao oportunizar meios de produção alinhados à preservação das florestas e do saber tradicional, principal objetivo idealizado dentro das categorias analíticas previamente apresentadas. Há uma incessante corrida por encontrar soluções e respostas à crise global enfrentada e a dúvida quanto a manutenção das gerações futuras e do planeta em si.

Em seguida será apresentado e detalhado todos os projetos que observaram todas essas questões dentro da comunidade do Ererê e foram produzidos e implementados baseados na perspectiva das categorias analíticas apresentadas anteriormente – desenvolvimento sustentável, sociobiodiversidade e bioeconomia – utilizando as políticas públicas como principal ferramenta de execução no intuito de promover desenvolvimento dentro da comunidade, uma vez que segundo Magalhães (2008, p. 5): “a falta de desenvolvimento pode ser interpretado como ameaça à conservação da natureza”.

2.2 Apresentação dos projetos

Nesta seção do trabalho será apresentado de forma cronológica o detalhamento de cada projeto implementado na comunidade, bem como seu contexto histórico e seus desdobramentos, verificando seus reflexos no Ererê e como estes são estruturados quanto a sua abordagem. No total são abordados 6 projetos, divididos em 3 subtópicos organizados a partir dos editais de Planos que ou o projeto foi submetido ou serviu de base para elaboração do projeto.

2.2.1 Projetos PROECOTUR e seus desdobramentos

A ideia de criar UCs no município de Monte Alegre alinhou-se desde a sua concepção à conservação da diversidade biológica. Como base nos textos publicados pelas autoras Regina Oliveira da Silva (esteve presente desde as discussões sobre a criação do parque, até sua implementação e em seguida coordenou o Plano de Manejo do PEMA e ainda fez parte da implementação de projetos de desenvolvimento para a área) e Juliana Lopes Magalhães (membro da equipe de pesquisa do MPEG que participou ativamente na elaboração e realização dos projetos na comunidade do Ererê), além de outras obras complementares, será aqui apresentado todo o contexto histórico de elaboração e implementação do que seriam os

primeiros projetos de desenvolvimento voltado à área do PEMA e da APA Paytuna, tendo como foco desses projetos a comunidade Ererê e a sua cadeia produtiva do buriti que, no princípio, partiram de uma iniciativa do PROECOTUR.

Antes de prosseguir com a apresentação, é preciso salientar que dentro do SNUC temos o estabelecimento de dois grupos principais: Proteção Integral e Uso Sustentável. Esse primeiro grupo restringe conforme estabelecido pelo SNUC a execução de quaisquer atividades de qualquer natureza exploratória ou que envolva o uso dos recursos naturais disponíveis, salvo a realização de atividades que se aproveitem de maneira indireta dos mesmos, tais como os ligados ao turismo ecológico, que é o caso do PEMA. Já o segundo grupo permite a exploração e uso dos recursos naturais disponíveis somente se feitos de forma regulamentada e planejada, que é o caso da APA Paytuna (BRASIL, 2011). É importante frisar essas diferenças, pois todos os projetos que aqui serão elencados, são destinados à área da APA, já que o PEMA apenas atuou como “fator desencadeador de todo contato que vem a ser estabelecido entre os moradores de Ererê e a equipe de profissionais do MPEG” (MAGALHÃES, 2008, p. 40), e do qual as comunidades não podem usufruir dos recursos de maneira direta.

No mesmo ano de criação das UCs no município de Monte Alegre, “o Ministério do Meio Ambiente lançou o Edital FNMA/PROBIO nº 03/2001” (BRASIL, 2001) destinado à seleção de projetos com foco nas comunidades localizadas no entorno de UCs de proteção integral nos âmbitos federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal para que eles pudessem servir de intervenção na busca da conservação e do uso sustentável dos recursos ali disponíveis, considerando que a criação das unidades era justamente não permitir a degradação ambiental desses espaços, e para isso era necessário além da criação das unidades, a criação de um planejamento aliado à participação das comunidades nessa causa, por eles serem os principais agentes que poderiam assegurar tal objetivo. A elaboração deste edital foi importante na implementação dos primeiros projetos na comunidade do Ererê, como será apresentado mais à frente.

O Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira – PROBIO, foi um componente executivo do Programa Nacional da Diversidade Biológica – PRONABIO que buscava viabilizar as ações propostas pela Política Nacional de Diversidade Biológica criada pelo país como produto da Convenção de Diversidade Biológica (CDB) que buscava conciliar o desenvolvimento com a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica (BRASIL, 2002 apud BRASIL, 2009b). O PROBIO foi diretamente responsável por apoiar e oferecer informações e subsídios para a implementação dos objetivos

estabelecidos pela Política Nacional bem como da definição de áreas prioritárias para conservação nos diferentes Biomas do Brasil.

O projeto teve duas chamadas onde “a chamada I visava propostas para a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Sustentável e a chamada II, sua implementação”. (SILVA, 2008, p. 21). Ainda segundo Silva (2008) na primeira chamada do Edital o MPEG submeteu e aprovou seu o projeto denominado Planejamento Participativo para elaboração de Projetos de Desenvolvimento Sustentável Comunitário, que foi desenvolvido em conjunto com os representantes das comunidades, teve duração de oito meses e ficou conhecido posteriormente de acordo com Magalhães (2008) como Plano de Desenvolvimento Sustentável.

Nesta primeira etapa tem-se de acordo com Magalhães (2008) a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável, alvo da primeira chamada do edital, em conjunto com representantes da comunidade a partir de reuniões para delinear o projeto e o seu foco. Com isso, os pesquisadores evidenciaram que a busca por desenvolvimento deveria ocupar um espaço central aliado à ideia de sustentabilidade, principalmente por representar e possuir semelhanças ao modo tradicional de manejo existente na comunidade pautado na existência de uma organização de base tradicional que dificilmente seria substituída por qualquer outra apresentada por atores externos, já que na época além de ser uma atividade econômica de destaque e de grande adesão pelos comunitários, o manejo do buriti era espelho de como se organizava a comunidade baseada em respeito mútuo e regras compartilhadas. Assim, formulou-se a proposta de ações que deveriam ser realizadas na comunidade.

Ainda segundo Magalhães (2008), como estava previsto pelo Edital, na segunda chamada o MPEG submeteu e aprovou seu projeto denominado Experimentos Agrícolas Alternativos e Beneficiamento do Buriti (*Mauritia flexuosa*) com base sustentável em comunidades do entorno do PEMA que teve início no ano de 2001 e consistia na seleção das propostas para a implementação das ações indicadas pelo Plano. Segundo Magalhães (2008), a equipe do MPEG juntamente com representantes da Associação Produtora Rural do Ererê colocou em prática as ações propostas dentro do Plano de Desenvolvimento Sustentável, todas tendo o buriti como emblema. Dentre eles se destaca a implementação da fábrica de beneficiamento de buriti, inaugurada em 2005, cujo funcionamento estava sob o comando da APRORÉ e o uso do maquinário compartilhado por todos os associados com regras específicas de uso.²

² Informação obtida na Oficina realizada com os associados da Aprorre em agosto de 2023 no âmbito do Projeto “O fortalecimento da cadeia produtiva do buriti na comunidade Ererê localizada na APA Paytuna em Monte Alegre”

Como foi dito, a implementação de uma nova forma de se produzir a polpa do buriti não foi assimilada por todos os comunitários, alguns optaram por permanecer em suas práticas tradicionais. Porém, a implementação de vários projetos voltados à capacitação, treinamento, palestras educativas foram de grande importância para os comunitários e contribuíram para despertar interesse dos comunitários.

Em detrimento da experiência adquirida na área pelos associados, de acordo com Magalhães (2008) a APRORE intermediada pelo MPEG, submeteu e aprovou no ano de 2005 um projeto de artesanato baseado no buriti, em um edital aberto pelo Programa de Pequenos Projetos Eossociais (PPP-ECOS) por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) intitulado “Artesanato Manejado do Buriti como Forma de Conservação do Cerrado Paraense”, que teve duração de 2 anos e foi financiado pelo *Global Environment Facility* (GEF). Esse projeto implementou através dos recursos recebidos a Oficina de Artesanato na comunidade, e também proporcionou mais cursos de capacitação e palestras educativas relacionadas à área.

Ainda de acordo com Magalhães (2008), o prédio que abriga a Oficina para confecção das peças foi construído próximo a fábrica com funcionamento de uma loja com exposição das peças produzidas a partir dos recursos captados desse projeto. Aqui foi observado pela autora que o artesanato do buriti era gerador de uma renda maior que a proporcionada pela fábrica de beneficiamento da polpa, e que foi esse o principal aspecto responsável por atrair mais comunitários a aderir a associação e trabalhar na atividade do artesanato do buriti. O projeto proporcionou a criação de uma atividade que antes da sua implementação sequer era cogitada pelos comunitários e que no fim foi considerada muito importante, apesar de na época ainda possuir uma produção pequena. Além disso, a atividade de artesanato tem forte relação com a atividade turística que também estava sendo fomentada no PEMA.

Todos os projetos até aqui apresentados se baseiam na ideia de Desenvolvimento Sustentável apresentada por Sachs (2000), ou seja enfatizam a necessidade de proteção de áreas ricas em biodiversidade garantindo assim os direitos das gerações futuras, concomitante à promoção de um uso e aproveitamento dos recursos da natureza através de processos produtivos menos ofensivo ao meio ambiente, sem prejudicar a geração atual, o que no caso deste trabalho foca no fomento da cadeia produtiva do buriti na comunidade Ererê, considerada uma prática extrativista sustentável, alinhada as ideias de Sachs (2000) e Veiga (2010).

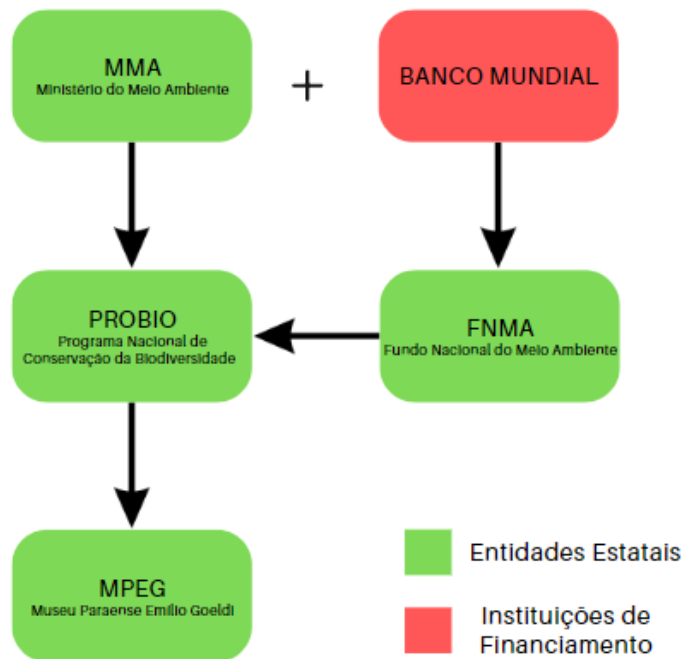
Como pode ser observado ao longo do detalhamento dos projetos, desde a produção à concretização dos projetos, tem-se o envolvimento de diversos atores. No primeiro projeto, do ano de 2001, observou-se a participação somente de atores estatais na organização da

estrutura da política pública e dos projetos, característico da abordagem estadocêntrica, já no projeto de 2005 tem-se a participação de múltiplos atores, que não somente o estado, com é visto na abordagem multicêntrica das Políticas Públicas. Pode-se evidenciar essa estrutura quando Magalhães (2008, p. 48-49) alega que

o estado deixa de ser o responsável direto pela promoção do desenvolvimento econômico e das políticas sociais [...], para fortalecer sua função de facilitador e de regulador desse desenvolvimento, que passa a ser promovido por organizações não estatais e organizações privadas [...] considerando o papel crescente do setor privado de investimentos em setores anteriormente situados na esfera pública.

A fim de retratar a estrutura dos agentes envolvidos na elaboração, execução e financiamento dos projetos implementados nas comunidades, construiu-se um esquema, representado pelas Figura 02 e 03, para demonstrar de maneira dinâmica os atores envolvidos no processo nos projetos já citados.

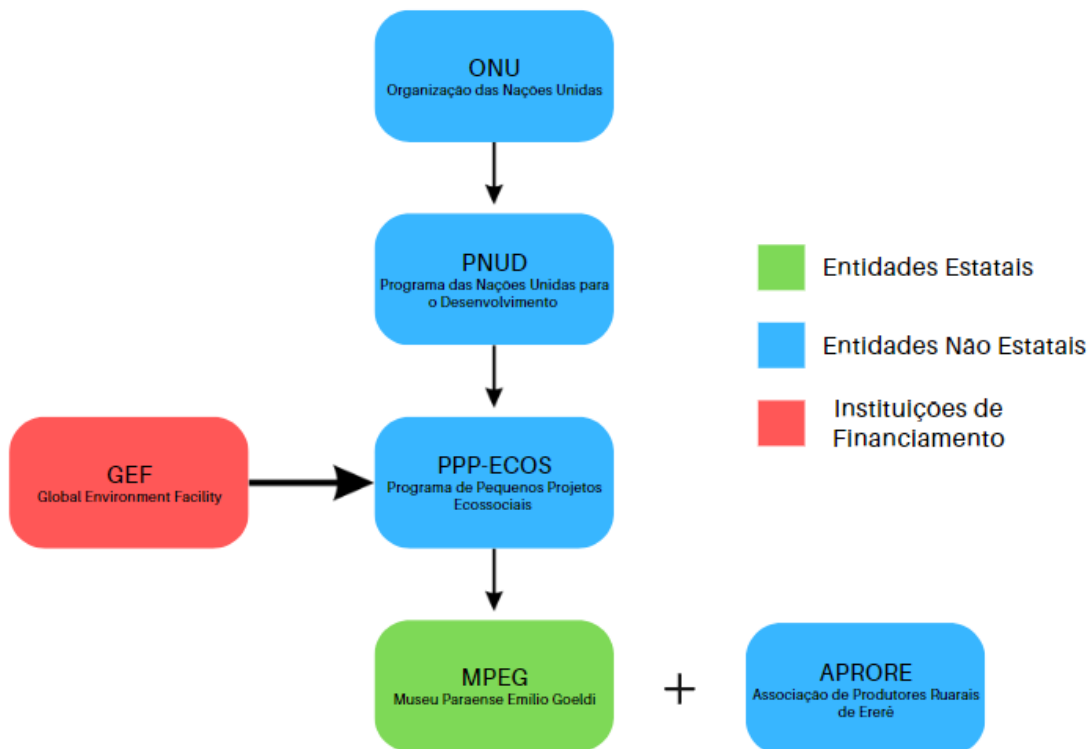
Figura 02 - Instituições/entidades envolvidas nos projetos de 2001



Fonte: Elaboração da autora, 2024

Vale ressaltar que de acordo com Magalhães (2008) os recursos financeiros utilizados para as iniciativas promovidas na comunidade do Ererê nos primeiros projetos dos anos de 2001 e 2005 são oriundos do Banco Mundial e no terceiro projeto pelo GEF (traduzido para o português como Fundo para o Meio Ambiente Mundial).

Figura 03 - Instituições/entidades envolvidas no projeto de 2005



Fonte: Elaboração da autora, 2024

Dentro desse contexto temos o estabelecimento da necessidade de aliar esses conceitos e ideias apresentados às políticas públicas afim de promover uma maior articulação entre os fins e meios necessários para se alcançar a manutenção da biodiversidade e dos ambientes naturais remanescentes com base nos estilos de vida enraizados na cultura e nos hábitos diários das comunidades que a gerações se estabeleceram na região, enfatizado pela própria autora Silva (2008, p. 22) ao relatar em sua tese de doutorado que:

Vivenciar desse processo, enquanto pesquisadora e sob a óptica dos moradores, levou-me a idealizar uma proposta de pesquisa fundamentada, não apenas em dados de relevância científica, mas, sobretudo, voltada para as políticas públicas, propondo uma reflexão sobre a articulação dos conhecimentos e saberes das populações locais e implementação de uma unidade de conservação de proteção integral.

A autora ainda afirma, para embasar seu argumento no fato de que a teoria de que somente haveria planos bem sucedidos com a participação das comunidades que ali estavam inseridas no processo por elas serem as principais responsáveis por deterem o conhecimento necessário para se compreender e formular ações condizentes com as demandas locais, que:

O reconhecimento das populações e da importância de suas formas de manejo dos recursos naturais [...], passa a ser considerado por setores da academia e do movimento ambiental, como fonte de informação para o planejamento de atividades, voltadas para a conservação da biodiversidade”. (SILVA, 2008, p. 24).

Fator esse considerado a frente da sua época se levar em consideração que a criação de planos voltados aos povos e comunidades tradicionais foram implementados somente no ano de 2007. Portanto, apesar da participação dos comunitários de acordo com a autora Silva (2008) não ocorrer de maneira concreta, a mesma foi marcante na criação das duas unidades, dando destaque não somente ao ponto de vista ecológico, mas também à economia e cultura com base na realidade social das comunidades, e como será apresentado a seguir, a sua inserção cada vez mais significativa nos projetos.

É importante destacar também, que a criação das UCs tem a partir do SNUC um instrumento de política ambiental, voltado ao propósito de manutenção, conservação e desenvolvimento das áreas protegidas a partir da criação de um conjunto de regras (leis), ou seja, parte da ideia de implementação de uma política pública pois se refere a um conjunto de normas que regulamentam as UCs, não só no quesito criação como também na gestão da mesma. E como já é sabido, a finalidade almejada pelo SNUC é de caráter coletivo.

Muitos foram os trabalhos desenvolvidos pela equipe do MPEG por mais de 10 anos na comunidade, sendo que 2012 foi o último ano que tiveram apoio da equipe do museu.³

2.2.2 Projeto SEMA e seus desdobramentos

Após anos de implementação de projetos baseados na promoção do Desenvolvimento Sustentável, é estabelecido pelo governo federal no ano de 2007, como já foi citado anteriormente, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais que assegurou aos PCTAF, segundo Silva (2008), o direito de participação dessas populações na elaboração da política e uma maior visibilidade a esse grupo. Em consonância a isso, ainda de acordo com a mesma autora, “a convenção sobre Diversidade Biológica provê mecanismos de proteção da biodiversidade, dos povos tradicionais sobre seus conhecimentos e cristaliza o reconhecimento da estreita dependência entre um e outro” (SILVA, 2008, p. 54), enfatizando que a relação entre a existência dessas populações e a diversidade

³ Informação obtida na Oficina realizada com os associados da Aprorre em agosto de 2023 no âmbito do Projeto “O fortalecimento da cadeia produtiva do buriti na comunidade Ererê localizada na APA Paytuna em Monte Alegre”

biológica é intrínseca, onde não é possível fazer uma análise separa dos termos uma vez que seus conceitos intimamente correlacionados se tornam complementares e por vezes indissociáveis.

A partir do estabelecimento dessa relação, temos no ano de 2009 a criação do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, também já citado anteriormente, caracterizado como um instrumento de governança participativa no processo de reconhecimento e valorização do conhecimento dos povos e comunidades tradicionais em conformidade com a implementação de políticas públicas voltadas aos produtos da sociobiodiversidade que majoritariamente são oriundo dos processos produtivos enraizados no cotidiano e hábitos dessa população. Portanto, o Plano de maneira geral abrange a busca por valorizar tanto os múltiplos grupos socioculturais existente bem como a biodiversidade variada e abundante existe no território brasileiro, inclusive bem expressivo na região amazônica.

Fundamentado nesse contexto, o projeto seguinte a ser implementado na comunidade Ererê se deu a partir de iniciativa da Secretaria do Estado do Meio Ambiente (SEMA) em parceria com IDEFLOR-BIO, intitulado “Fortalecimento da cadeia de produção da palmeira do buriti (*Mauritia flexuosa*) em comunidades da área de proteção ambiental Paytuna” redigido pelo Técnico em Gestão do Meio Ambiente do SEMA Ernildo César da Silva Serafim. O projeto tem início no ano de 2014 a partir de um edital do SEMA, porém só iniciou suas atividades no ano de 2015 pautado no potencial agroextrativista do buriti com o objetivo de seguir com o fortalecimento da cadeia produtiva do buriti, objetivo esse estabelecido e fomentado primeiramente pelo MPEG durante vários anos, com a diferença que anteriormente era pautado no Desenvolvimento Sustentável e aqui se pauta nos produtos da sociobiodiversidade.

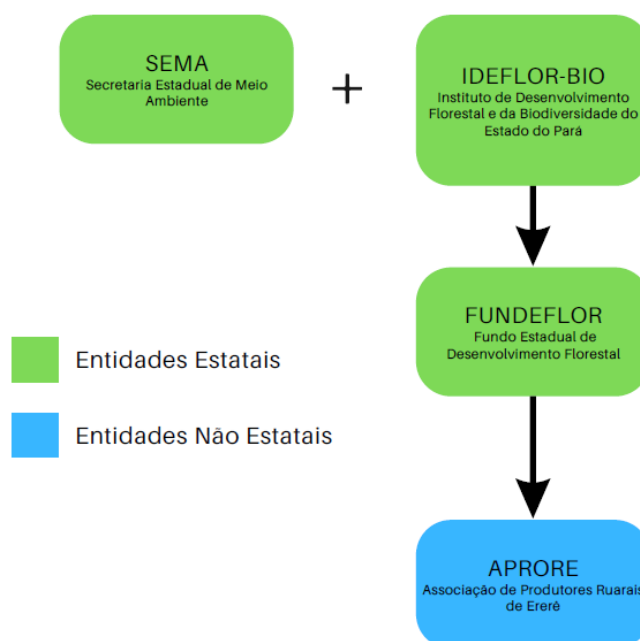
Dentre os objetivos principais estabelecidos pelo projeto elaborado por Serafim (2015) estão mapear as áreas de uso comum, atualizar o acordo de uso da palmeira do buriti, realizar o estudo biométrico das palmeiras, realizar estudo da cadeia de produção e o estudo de mercado, realizar capacitações e elaborar projetos para captação de recursos, entre outras. Todas essas ações geram impactos que vão “desde o manejo sustentável da palmeira até as boas práticas de produção do alimento” (SERAFIM, 2015, p. 9). Essa iniciativa da SEMA veio se somar a outras várias iniciativas em âmbito estadual e nacional na busca pelo fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade, não somente na comunidade como no território brasileiro como um todo, como mostrado a partir do PNPSB.

Os principais resultados desse projeto foram a identificação da maior concentração dos buritizais na comunidade Ererê e a entrega realizada pelo IDEFLOR-BIO no ano de 2022

dos seguintes materiais para a associação: 1 despoldadeira, 1 carroça de tração animal e 1 lancha com motor, referentes ao projeto de 2015.

Diferentemente do projeto antecessor, este tem como principal característica a atuação de duas entidades parceiras de caráter estatal na promoção de políticas de fomento ao buriti através de um Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal (FUNDEFLOR), com a participação da APRORE; estrutura de atores essa tipicamente encontrada na abordagem Multicêntrica. Em consonância aos objetivos estabelecidos com o Plano, este projeto em específico resgata a importância das políticas públicas apresentada no Plano como instrumento de resposta as demandas sociais, no caso, a necessidade da comunidade por projetos direcionados à gestão. A seguir apresenta-se, na Figura 04, um esquema para representar as entidades envolvidas nesse projeto.

Figura 04 - Instituições/entidades envolvidas no projeto de 2014/2015



Fonte: Elaboração da autora, 2024

Nos anos que se sucederam após o Projeto ‘Fortalecimento da cadeia de produção da palmeira do buriti (*Mauritia flexuosa*) em comunidades da área de proteção ambiental Paytuna’, houve no ano de 2018 a publicação do Plano de Manejo da APA Paytuna que dentre outros objetivos reforçava “a promoção de boas práticas de extrativismo, do manejo do buriti (*Mauritia flexuosa*), e o desenvolvimento social e econômico da comunidade (PARÁ, 2018a apud MELO, 2019, p. 70), e que ainda segundo o mesmo autor “visa associar as práticas

tradicionais dos comunitários, a novas técnicas de manejo para melhor aproveitamento do buriti” (MELO, 2019, p. 70).

Logo, há uma reafirmação, a partir da publicação do Plano de Manejo da APA Paytuna, da importância das comunidades localizadas no entorno do PEMA na reprodução de práticas produtivas extrativistas de cunho sustentável que não somente contribuem para a preservação da UC como também reiteram seu papel na sociedade enquanto um grupo social relevante. Desde modo, o conceito de cadeias de valor dos produtos da sociobiodiversidade apresentado no PNPSB, podem ser associados à prática vista na comunidade em função da relação estabelecida entre a comunidade e o extrativismo do buriti.

Dando prosseguimento a essas ideias, está descrito no plano de manejo da APA Paytuna, como evidenciado por Melo o interesse do IDEFLOR-BIO em “aportar uma infraestrutura maior, promover estudos de mercados, e capacitar os comunitários envolvidos por meio de recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal (FUNDEFLO)” (PARÁ, 2018a apud MELO, 20019, p.70), uma vez que nem todos os objetivos elencados por Serafim (2015) no projeto anterior foram alcançados, de modo que abriu-se precedentes a implementação de um novo projeto complementar a todos os antecessores já apresentados.

Ainda, de acordo com essas metas do Plano de Gestão da APA Paytuna, foi buscada o estabelecimento de uma parceria entre a UFOPA e o IDEFLOR-BIO com vistas ao atendimento demandas diversas, entre elas as relacionadas ao fortalecimento da cadeia produtiva do buriti na comunidade Ererê, com destaque para ações que visem: a implementação dos programas de monitoramento ambiental, conhecimento e educação ambiental; apoio a produção de inventários do potencial extrativista do buriti e outros produtos florestais de uso tradicional da região; apoio ao manejo florestal na UC, especialmente no desenvolvimento da cadeia de valor do buriti; fortalecimento das organizações comunitárias a partir de formações sobre aspectos de gestão organizacional, elaboração e gestão de projetos comunitários, formação de lideranças, entre outras capacitações e treinamentos ligados a organização social.

Por conseguinte, entre os anos 2021 e 2022 um novo projeto cadastrado junto à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica (PROPPIT) da UFOPA, foi elaborado por integrantes de Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Socioeconômica da Amazônia (GEPESA) intitulado como “Acesso e uso dos recursos comuns por comunidades extrativistas: o fortalecimento da cadeia produtiva do buriti na comunidade Ererê localizada na APA Paytuna em Monte Alegre”, e com apoio financeiro da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Este plano estabelece seus objetivos gerais e específicos conforme os conceitos já apresentados na categoria analítica sociobiodiversidade reiterado

dentro dos objetivos estabelecidos pelo Plano de Manejo da APA Paytuna, buscando fortalecer a cadeia produtiva do buriti na comunidade Ererê localizada na APA Paytuna em Monte Alegre, a partir de estudos e ações destinadas a viabilidade de acesso e uso dos recursos comuns às comunidades extrativistas, através de ações desenvolvidas no sentido de apresentar o sistema socioecológico da comunidade, fazer um levantamento da cadeia produtiva do Buriti extraído na comunidade com a utilização de um diagnóstico participativo e analisar de forma propositiva as potencialidades de uso da cadeia produtiva do buriti na comunidade Ererê.

A partir dos desafios e oportunidades estabelecidas nos primeiros meses de pesquisa do Projeto, que constituíram os primeiros resultados norteadores das etapas seguintes, desenvolveu-se ações voltadas a sanar os entraves e estimular as potencialidades encontradas. Um produto desse projeto foi a elaboração de uma cartilha de “Planejamento Participativo” que objetivava fornecer um guia prático aos comunitários do Ererê para que se tornassem aptos a participar ativamente do processo de planejamento e gestão da comunidade. Outro resultado obtido pelas ações propostas, está a realização da oficina "Ação Coletiva e Associativismo" visando fornecer suporte às principais dificuldades enfrentadas pela comunidade que os impede de ampliar e fortalecer a gestão, o uso e a comercialização do buriti que contou com uma atividade de resgate da história da Associação com a participação dos comunitários, inclusive de grande relevância na concepção deste trabalho.

Nota-se a presença de entidades Estatais e de Pesquisas representadas pelo IDEFLOR-BIO e UFOPA, principais atores na construção deste projeto, bem como da FAPESPA, como principal financiadora desde projeto. Porém, a participação da APRORÉ para construção e execução do projeto dentro da comunidade foi de suma importância nos resultados obtidos.

Após dois anos que culminaram em resultados positivos, finalizou-se no ano de 2023 esse projeto, dando início a uma nova etapa voltada a partir da elaboração e aprovação de um novo projeto seguindo os propósitos estabelecidos pelos anteriores com a diferença de que esse novo projeto estabelecerá suas bases teóricas em uma outra categoria analítica como será apresentado a seguir.

2.2.3 Plano Estadual de Bioeconomia do Pará - PLANBIO e suas perspectivas

Retrocedendo um pouco na história, em outubro do ano de 2021 foi intituido pelo então Governador do Estado do Pará, Helder Barbalho, via Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), o Decreto nº 1.943 que previa a criação da Estratégia Estadual de

Bioeconomia do Pará bem como o reconhecimento do Grupo de Trabalho Interinstitucional para Estratégia Estadual de Bioeconomia (GTEEB) como responsável pela elaboração do que seria o PLANBIO, objetivo principal estabelecido pela Estratégia (PARÁ, 2021). Convém recordar que a Estratégia teve seu lançamento durante o Fórum Mundial de Bioeconomia (WCBEF) realizado na cidade de Belém, sendo um marco por ser realizado pela primeira vez fora da Europa e significar um importante passo para trazer o olhar do mundo para a riqueza da biodiversidade e o potencial da bioeconomia na Amazônia.

Quanto aos participantes na elaboração do PLANBIO, constituíam o GTEEB órgãos e entidades, instituições do setor privado e do terceiro setor, organizações representantes de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, além das instituições de pesquisa, totalizando 25 instituições que participaram ativamente das etapas de construção do Plano, concebendo um grupo diverso, amplo e plural que fora definido a partir de um edital lançado pela Secretaria no ano anterior, afirmando seu caráter coletivo desde a sua construção.

Portanto, o estabelecimento da Estratégia Estadual de Bioeconomia que veio para somar esforços ao Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), configurou o pontapé inicial para a criação do PLANBIO, que se deu após meses de trabalho e pesquisas que permitiram identificar os desafios a serem superados, verificar as oportunidades existentes e mapear ações de bioeconomia já em curso no Estado do Pará, que propunham estabelecer a bioeconomia como nova matriz produtiva do Estado, desenvolvendo metas, indicadores e maneiras de monitorar as ações estabelecidas, reorientando o desenvolvimento socioeconômico, sob a perspectiva da bioeconomia pautada nas soluções baseadas na natureza, com a valorização do conhecimento e dos sistemas de produção tradicionais, aliada à conservação ambiental, pesquisa e inovação para a produção de bioativos da biodiversidade amazônica, resultando no fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis e de baixo carbono, enfatizado no trecho que diz que “o desenvolvimento da bioeconomia no Pará tem um grande potencial para gerar renda, emprego, inclusão social, conservação ambiental e valorização cultural, contribuindo para o enfrentamento dos desafios socioeconômicos e ambientais da região” (CABRAL et al, 2023, p. 4218)

Por conseguinte, conforme definido pelo Decreto nº 1.943/2021, foi lançado oficialmente em Outubro de 2022 o PLANBIO; um instrumento de consolidação dos objetivos, eixos e resultados apresentados na Estratégia Estadual de Bioeconomia do estado. Além disso, o PLANBIO evoluiu enquanto política pública para um plano de ações resultantes de um processo iniciado anos antes com as demais categorias analíticas enfatizadas.

Nesse sentido, o Governo do Estado do Pará começou a operacionalizar várias ações paralelas com o objetivo de dar suporte as ações do PlanBio, sendo uma delas um Edital específico para apoiar pesquisas no campo da Bioeconomia lançado pela FAPESPA. É nesse contexto que se têm a aprovação de um novo projeto para apoio às pesquisas relacionadas a cadeia produtiva do buriti no Ererê, trata-se do projeto coordenado por pesquisadoras do GEPESA/UFOPA intitulado ‘Integração da Comunidade Ererê/APA Paytuna à cadeia de Valor do Buriti como Alternativa para o Fomento da Bioeconomia Paraense’ e que tem seus objetivos delimitados a partir do Eixo 3 de ação, voltadas a Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis propostas no PLANBIO no sentido de:

Valorizar os bioprodutos da biodiversidade do território, de forma a agregar especificidades da região aos produtos locais, por meio de certificações, proteção de cultivares, identificação geográfica, dentre outras estratégias de agregação de valor; Promover o estabelecimento de ambientes de investimentos atrativos às cadeias produtivas e aos novos negócios da sociobiodiversidade, fortalecendo e verticalizando a produção, com geração de desenvolvimento local, emprego e renda e distribuição dos benefícios de forma justa e equitativa” (PARÁ, 2021, p. 80)

Todo esse esforço de desenvolver projetos como os já apresentados até aqui, se alinham cada um em seu contexto temporal, como já elucidado, à categoria analítica que melhor responde as demandas sociais e ambientais apresentadas além de serem os temas em foco de discussão no período de construção de cada Projeto. Assim, justifica-se a bioeconomia na implementação deste projeto por se tratar de

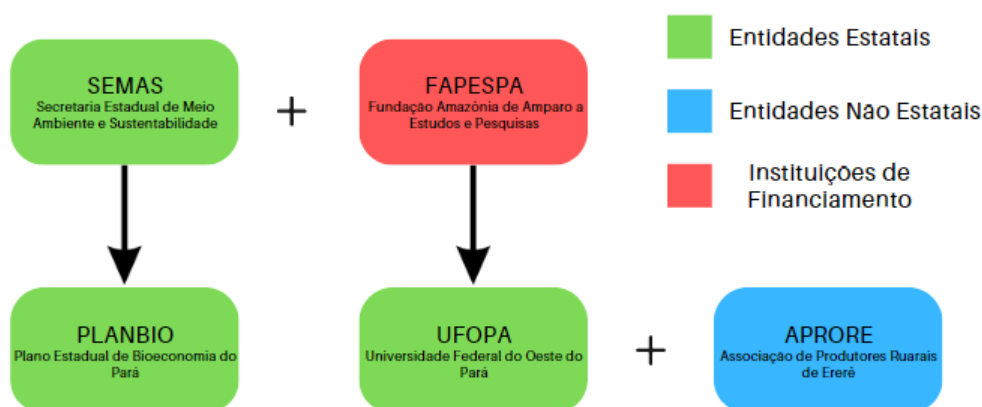
uma abordagem que busca valorizar os recursos biológicos e a biodiversidade de forma sustentável, gerando benefícios econômicos, sociais e ambientais. [...] Além disso, o estado conta com uma forte presença de povos indígenas e tradicionais, que possuem conhecimentos ancestrais sobre o uso sustentável dos recursos naturais” (THE NATURE CONSERVANCY, 2021 apud CABRAL et al, 2023, p. 4213)

tal qual as elaboradas anteriormente. Entretanto, as atividades extrativas de base florestal e da biodiversidade, assim como as atividades de transformação e beneficiamento de bioprodutos, são justamente aquelas que estão no núcleo do modelo de bioeconomia que se pretende desenvolver, concomitante à transição para uma economia diversificada, justa e inclusiva. Desta forma, é necessária uma análise mais detalhada dessas atividades, que compõem o que se pode chamar de estrutura produtiva da bioeconomia.

Ao se tratar da Elaboração do PLANBIO que foi norteador da criação deste projeto aqui apresentado, observou-se a participação de múltiplos atores que se encaixariam em uma abordagem multicêntrica no quesito de atores envolvidos na estrutura de uma política pública.

Entretanto, em um aspecto mais micro, focado apenas no atores envolvidos diretamente na criação, execução e apoio ao Projeto ‘Integração da Comunidade Ererê/APA Paytuna à cadeia de Valor do Buriti como Alternativa para o Fomento da Bioeconomia Paraense’, a melhor abordagem que condiz com a estrutura que se apresenta é a estadocêntrica, onde as principais entidades são estatais. Contudo, este projeto também conta com a participação dos comunitários e associados da APRORE, mudando então a estrutura mais alinhada à abordagem Multicêntrica. A figura a seguir apresentará o esquema ilustrativos dos principais atores diretamente inseridos no projeto.

Figura 05 - Instituições/entidades envolvidas nos projetos de 2023



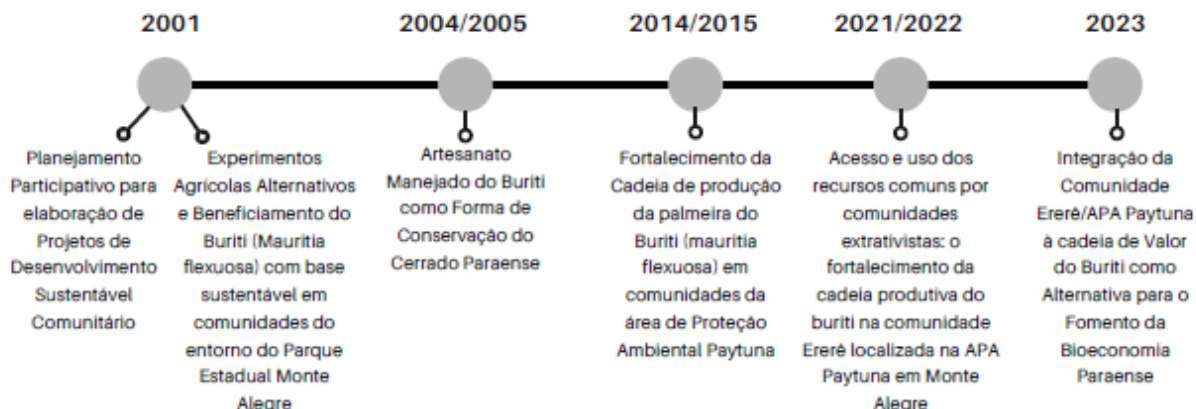
Fonte: Elaborado pela autora, 2024

Diferentemente dos outros projetos apresentados, este aqui se encontra em andamento e, portanto, ainda não obteve resultados a serem compartilhados, até mesmo pelo breve tempo de atividade. Espera-se construir uma base participativa da comunidade que de forma coletiva possa fazer suas escolhas sobre o que e como produzir, de modo que a comunidade seja a protagonista das suas decisões, pois acredita-se que esta seja a única de transformar as políticas públicas em resultados efetivos para comunidade.

2.3 Linha do tempo e quadro síntese

Como produto da pesquisa apresentada ao longo deste trabalho, tem-se a construção de uma linha do tempo de todos os projetos implementados entre os anos 2000 e 2023 na comunidade do Ererê, apresentado pela figura a seguir.

Figura 06 - Linha do tempo



Fonte: Elaborado pela autora, 2024

A construção dessa linha do tempo é fruto do resgate de todos os projetos implementados entre os anos de 2000 a 2023 em consonância a definição da estrutura organizacional de Políticas Públicas definida por Secchi, Pires e Coelho (2022), no qual define a organização hierárquica das Políticas públicas, planos, programas e projetos. Como apresentado ao longo deste capítulo, a grande maioria dos projetos implementados partiram de uma política pública maior, que se ramificava em ações menores representadas pelos Planos, Programas e Projetos, sendo este último o ato de pôr em prática tudo que fora estabelecido nos demais, respeitando a hierarquia.

Observando todas as categorias analíticas e os objetivos e metas definidos, que se estabeleceram com base em uma política Macro, é possível estabelecer um ponto em comum entre todas quanto ao fim que se pretende alcançar. Todas possuem como objeto de análise e pesquisa o meio ambiente enquanto detentor de uma diversidade biológica rica porém finita, com grupos socioculturais inseridos dentro desses ambientes, em que se prevalece a partir de uma mudança na governança ambiental e na busca por processos produtivos mais sustentáveis que não comprometam a existência das gerações futuras, sem também restringir o desenvolvimento da geração atual, a valorização de produtos da sociobiodiversidade, das cadeias de valor que valorizam o conhecimento tradicional e conseqüentemente a importância dos povos e comunidades tradicionais; todos inseridos na discussão acerca da conservação do meio ambiente, promoção de desenvolvimento sustentável, da sociobiodiversidade e da bioeconomia através da implementação de políticas públicas como meios para se alcançar o que alguns autores chamam de “Economia verde” (CABRAL et al, 2023).

Observou-se que, não obstante as intervenções realizadas por meio dos projetos frutos das políticas públicas analisadas, houve resultados muito limitados do ponto de vista econômico e social para a comunidade Ererê. De acordo com Leão et al (2022, p. 187) os resultados limitados devem-se sobretudo a

i) a demora na entrega dos equipamentos fomentados pelos projetos, causa uma defasagem temporal que se reflete em frustração; ii) a não adesão de toda Comunidade aos projetos, atualmente em torno de 14 famílias participam da APRORE; iii) a criação do PEMA e da APA Paytuna que até hoje é motivo de desconfiança e descontentamento por parte de alguns moradores; iv) a incompletude dos projetos, cada um buscou atender um aspecto específico da cadeia; v) a falta de um estudo de mercado que subsidiasse ações voltadas especificamente para comercialização e; vi) a ausência de capacitações focadas nas questões organizacionais da Associação, as capacitações realizadas focaram exclusivamente os aspectos produtivos.

Mesmo que em uma escala menor, os reflexos vistos na comunidade do Ererê revelam que o anseio e a construção de uma realidade pautada em princípios mais sustentáveis, justos e igualitários é possível, mas que existe um esforço e resiliência, visto que mesmo após vários anos de projetos na comunidade, a mesma ainda não tenha a autonomia necessária para que não necessite mais de interferências externas.

Portanto, de maneira a resumir e ressaltar os principais pontos de destaque e interesse abordados ao longo deste trabalho, elaborou-se um quadro síntese contendo cada projeto implementado, a categoria analítica norteadora, a abordagem adotada e os principais resultados alcançados na comunidade, serão expostos a seguir.

Quadro 01 - Síntese dos projetos

| Projetos | Categoria Analítica | Abordagem | Resultados na comunidade |
|--|-----------------------------|------------------|---|
| "Planejamento Participativo para elaboração de Projetos de Desenvolvimento Sustentável Comunitário" | Desenvolvimento Sustentável | Estadocêntrica | Elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável |
| "Experimentos Agrícolas Alternativos e Beneficiamento do Buriti (Mauritia flexuosa) com base sustentável em comunidades do entorno do Parque Estadual Monte Alegre" | Desenvolvimento Sustentável | Estadocêntrica | Capacitações voltadas ao Manejo da polpa do Buriti; Oficinas e cursos de manuseio do Buriti; Fábrica de despolpamento do Buriti |

| | | | |
|---|-----------------------------|---------------|---|
| "Artesanato Manejado do Buriti como Forma de Conservação do Cerrado Paraense" | Desenvolvimento Sustentável | Multicêntrica | Implementação do Artesanato do Buriti na comunidade; Capacitações voltadas ao Artesanato do Buriti; Oficinas e cursos de manuseio do Buriti; Oficina de Artesanato com local para venda e exposição dos materiais produzidos. |
| "Fortalecimento da Cadeia de produção da palmeira do Buriti (<i>Mauritia flexuosa</i>) em comunidades da área de Proteção Ambiental Paytuna" | Sociobiodiversidade | Multicêntrica | Mapeamento das Áreas de Uso Comum: Identificação da maior concentração dos buritizais na comunidade Ererê; Atualização do acordo de uso da palmeira do buriti para produção da polpa do fruto: Oficinas e cursos; Fomento a atividade: 1 despoldadeira, 1 carroça de tração animal e 1 lancha com motor |
| "Acesso e uso dos recursos comuns por comunidades extrativistas: o fortalecimento da cadeia produtiva do buriti na comunidade Ererê localizada na APA Paytuna em Monte Alegre" | Sociobiodiversidade | Multicêntrica | Oficina "Ação Coletiva e Associativismo"; Produção de Informações: cartilha "Planejamento Participativo"; Identificação de desafios e oportunidades dentro da cadeia produtiva do Buriti. |
| "Integração da Comunidade Ererê/APA Paytuna à cadeia de Valor do Buriti como Alternativa para o Fomento da Bioeconomia Paraense" | Bioeconomia | Multicêntrica | Projeto ainda em andamento |

Fonte: Elaborado pela autora, 2024

No quadro é possível evidenciar o desenvolvimento sustentável como norteador dos projetos implementados na comunidade do Ererê entre os anos de 2001 a 2005. Não necessariamente a categoria foi utilizada nos demais planos, porém nos 3 primeiros, ele foi apontado como tema central. Nos projetos implementados entre os anos de 2015 a 2022 a sociobiodiversidade bem como os produtos oriundos serviram de norte e apontaram as diretrizes a serem seguidas pelos projetos. O último projeto apresentado e que ainda está em andamento, a bioeconomia é o principal tema norteador por ser um tema amplamente abordado nos dias de hoje e de extrema relevância não só dentro do cenário acadêmico-científico como também nas pautas políticas.

Quando se trata da abordagem adotada na implementação das políticas públicas concretizadas através dos projetos, destaca-se o uso da abordagem Multicêntrica, onde é

possível identificar diferentes atores que não somente entidades Estatais atuando na elaboração e/ou implementação dos projetos. É possível observar a partir do projeto do ano de 2005 a participação ativa da APRORE e que não por coincidência se estabeleceu como o projeto melhor sucedido e com maior adesão pela comunidade.

Já no tópico de resultados, diversos foram os alcançados em prol da cadeia produtiva do Buriti e também de ganho pessoal aos comunitários do Ererê. Nos primeiros projetos destacam-se as iniciativas voltadas à melhoria dos processos produtivos através da implementação de maquinário, infraestrutura e capacitações ofertadas e acessíveis aos comunitários. Em seguida, os projetos além darem continuidade na busca por instalar uma infraestrutura cada vez melhor e na capacitação dos comunitários voltada as boas práticas de manejo do Buriti, identifica-se uma maior preocupação em realizar pesquisas de identificação das áreas dos Buritizais e uma maior relevância no que diz respeito à gestão dos recursos e à gestão da própria associação pelos comunitários, uma vez que a mesma, como já enfatizado anteriormente, se estabeleceu como principal canal de comunicação entre a comunidade e os agentes externos a comunidade.

Portanto, há evidencias que apontam para processos de desenvolvimento sustentável dentro da comunidade, mesmo que não de forma plena devido aos processos de inflexão evidenciados pela descontinuidade de alguns projetos - como foi evidenciado no capítulo 2-, porém que apontam para um direcionamento que impulsiona a continuidade de projetos tais como os que foram apresentados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do contexto histórico de consumo desenfreado dos recursos naturais disponíveis no planeta transformados em produtos que buscam satisfazer as necessidades humanas e foram alimentados pelas ideias difundidas por modelos econômicos exploratórios que culminaram em mudanças climáticas, destruição do meio ambiente, redução das boas condições de vida, geração de conflitos sociais, se valida a relevância do conteúdo abordado e apresentado ao longo deste trabalho, como contraponto e solução aos problemas criados em decorrência de todo o longo período em que essas práticas nocivas foram replicadas.

Os conceitos de sociobiodiversidade, bioeconomia e desenvolvimento sustentável como bases de políticas públicas voltadas principalmente ao incentivo do uso racional da natureza, através do manejo sustentável como ferramenta de conservação ambiental para garantir a existência longa não somente dos seres humanos como também do ecossistema como um todo, configuram como um importante objeto de pesquisa dentro das principais discussões nas esferas políticas e da Ciência Econômica.

Como resultado da implementação de políticas públicas em todo o território brasileiro na tentativa de conservar a extensa diversidade sociobiológica que o país detém, foram publicados diversos editais e chamadas públicas que estimularam a criação e execução de projetos de cunho sustentável voltados, no âmbito deste trabalho, ao fomento das práticas de manejo do Buriti na comunidade de Ererê, localizada em Monte Alegre, Pará. Esses projetos são reflexos da busca por respostas as principais questões da atualidade e do empenho das entidades governamentais em propor soluções as demandas sociais e ambientais que permeiam as principais preocupações das sociedades de todas as nações, levando em conta que o que no caso da comunidade se caracterizou como um processo de desenvolvimento que não se deu de imediato e demandou alguns anos e vários projetos.

Aqui é importante salientar que o objetivo deste trabalho foi apresentar os projetos implementados na comunidade e seus reflexos na perspectiva de seus proponentes e implementadores, isso porque a partir da experiência de iniciação científica da autora, foi possível perceber algumas divergências na percepção dos comunitários e na das instituições proponentes e executoras, especialmente com relação aos resultados e impactos dos projetos. Assim, compreende-se que o ponto de vista dos comunitários demandaria a elaboração de um novo trabalho somente voltado a tratar desta questão o que configura dentre as futuras pretensões desta autora.

Evidencia-se também a partir dos tipos de abordagens apresentados em políticas públicas que para obter sucesso nas ações almejadas é importante a participação de todos aqueles que podem contribuir de alguma forma na disseminação da sustentabilidade. A organização de uma estrutura de colaboração mútua, permite maior alcance e reprodução das boas práticas. A exemplo dos povos e comunidades tradicionais que possuem conhecimentos seculares de modelos produtivos alinhados à conservação ambiental, mas que permitem a introdução de novos saberes para ampliar o potencial já encontrado em seus modos de vida, as instituições, órgãos, entidades e os mais diversos atores devem compartilhar suas informações em prol de um bem comum.

Dessa forma, observa-se que o sucesso dos projetos apresentados nesse trabalho foi comprometido justamente em razão do fato dos órgãos a frente desses projetos não terem garantido a autonomia da comunidade para que eles pudessem ser inseridos nos processos de promoção do desenvolvimento sustentável. Como exemplo, destaca-se a falta de capacitação para gestão de organizações coletivas, fundamental para a continuidade dos projetos o que levou a uma descrença da comunidade em melhorar seus processos.

Por fim, enfatiza-se que a principal contribuição deste trabalho é acerca da importância das políticas públicas na promoção para processos de Desenvolvimento Sustentável, considerando o seu potencial de impacto e transformação na vida das comunidades tradicionais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo; FERREIRA, Joice; COSTA Francisco de Assis; EHRLICH, Marco; EULER, Ana Margarida Euler; YOUNG, Carlos Eduardo F. KAIMOWITZ, David; MOUTINHO, Paulo; NOBRE, Ismael; ROGEZ, Herve; ROXO, Eduardo; SCHOR, Tatiana; VILLANOVA, Luciana. The New Bioeconomy in the Amazon: Opportunities and Challenges for a Healthy Standing Forest and Flowing Rivers. **In:** SACHS, Jeffrey; NOBRE, Carlos; ENCALADA, Andrea (Org.). **Amazon Assessment Report 2021**. New York: United Nations Sustainable Development Solutions Network, 2021, v. 1, p. 1-55.

ALMEIDA, Débora; ALVES, Fernanda Basso; PIRES, Liliana. **Governança em cadeias de valor da sociobiodiversidade: experiências e aprendizados de grupos multi-institucionais do Castanha do Brasil e Borracha-FDL no Acre**. Brasília: GIZ, Núcleo Maturi, UICN, WWF-Brasil, 2012.

BONAIUTI, Mauro. Bioeconomia. **IN:** D'ALISA, Giacomo (org.); DEMARIA, Federico (org.); KALLIS, Giorgos (org.). **Decrescimento: vocabulário para um novo mundo**. Porto Alegre: Tomo Editorial. cap. 2, p. 49-52, 2016. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/decrescimento_brazil.pdf. Acesso em: 14/04/2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Brasília: MMA, 2011. 76 p. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Repositorio/511/Documentos/SNUC.pdf. Acesso em: 17 de abril de 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente – Edital FNMA/PROBIO nº 03/2001. **Utilização sustentável de recursos da biodiversidade nas áreas de entorno de Unidades de Conservação de proteção integral localizadas em ecossistemas abertos**. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/secex/dfre/fundo-nacional-do-meio-ambiente/arquivos-editais/Edital032001FNMA.pdf. Acesso em: 15 de abril de 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ministério do Meio Ambiente. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**. Brasília, julho de 2009a. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/1024/1/Plano%20Sociobiodiversidade.pdf>>. Acesso em: 15 de novembro de 2023.

BRASIL. **Plano de Manejo do Parque Estadual Monte Alegre**. Ministério do Meio Ambiente. Belém, p. 335. 2009b.

BRASIL. Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002. Institui Princípio e Diretrizes para a Implementação da Política Nacional da Biodiversidade. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de agosto de 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4339.htm. Acesso em 20 de abril de 2024

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 08 de fevereiro de 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em 03/03/2024.

BUENO, Adriana Mesquita Corrêa; TORRES, Danielle Alencar Parente. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 e bioeconomia: oportunidades e potencialidades para atuação da Embrapa**. Brasília, DF: Embrapa, 2022.

BUGGE, Markus M.; HANSEN, Teis; KLITKOU, Antje. **What Is the Bioeconomy? A Review of the Literature. Sustainability**, 2016. v. 8, n. 691, p. 1-22.

CABRAL, Marcos Vinicius Afonso; BITENCOURT, Emanólen Bitencourt e; CARIPUNA, Liuzéli Abreu; COSTA, Ruy Adryan da Silva; LEAL, Marcos Vinicius Sousa; SOUSA, Amauri Mesquita de; AVELAR, Marcilene Calandrine de; DIAS, Mairna Costa; ARAÚJO, José Augusto Carvalho de. O desenvolvimento da bioeconomia no estado do Pará: potencialidades, desafios e perspectivas. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 9, n. 11, p. 4211–4224, 2023. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/12713>. Acesso em: 6 maio. 2023.

CARVALHO, Nicole Stephanie Florentino de Sousa; CARDOSO, Gil Célio de Castro; FROTA, Antonio Jackson Alcantara. A construção do conceito de desenvolvimento sustentável à luz da teoria econômica: trajetória, desafios e perspectivas. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, CE v. 53, n. 1, p. 156-167, 2022. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/1342>>. Acesso em: 26 de novembro de 2023.

COSTA, Francisco; NOBRE, Carlos; GENIN, Carolina; FRASSON, Caroline; FERNANDES, Danilo; SILVA, Harley; VICENTE, Iara; SANTOS, Inaiê; BARBIERI, Rafael; VENTURA NETO, Raul; FOLHES, Ricardo. **Uma Bioeconomia Inovadora para a Amazônia: conceitos, limites e tendências para uma definição apropriada ao bioma floresta tropical**. Texto para discussão. São Paulo: WRI Brasil, 2022, p. 1-21 Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/publicacoes/uma-bioeconomia-inovadora-para-amazonia-conceitos-limites-e-tendencias-para-uma>. Acesso em: 09/06/2023.

HIRATA, Márcio Fontes. **A sociobiodiversidade no contexto da reforma tributária**. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza, 2023. Disponível em: <https://ispn.org.br/a-sociobiodiversidade-no-contexto-da-reforma-tributaria/>. Acessado em: 02 de abril de 2024.

IDEFLOR-BIO. **Plano de Gestão da APA Paytuna**. Monte Alegre, PA: Instituto Avaliação, 2018.

LEÃO, Andréa; FLORENZANO, Clícia; SOUSA, Wandicleia; SANTOS, Zilda. Cadeias da Sociedade: desafios e oportunidades para o estímulo à cadeia do buriti na comunidade Ererê na APA Paytuna. IN: X CONGRESSO DA APDEA E O IV ENCONTRO LUSÓFONO EM ECONOMIA, SOCIOLOGIA, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL. 2022, Lisboa. Atas [...]. Coimbra: Escola Superior do Instituto Politécnico de Coimbra; Associação

Portuguesa de Economia Agrária, 2022, p. 180-190. Disponível em: <https://www.apdea.eu/conteudo.php?idm=31>. Acesso em: 09/12/2023.

MAGALHÃES, Juliana Lopes. **Entre modernidade e tradição: desenvolvimento comunitário sustentável em Ererê, Pará**. 82 p. (Dissertação – Mestrado) Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MELO, Milton Renato da Silva. **Desenvolvimento e políticas públicas em comunidades da Área de Proteção Ambiental Paytuna, Monte Alegre, PA**. (Dissertação-Mestrado). Programa de Pós-graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2019.

OSTROM, V. & OSTROM, E. Public Goods and Public Choices. In: **Workshop in Political Theory and Policy Analysis**. Indiana University. Indiana, Estados Unidos, 1970.

PARÁ. Decreto nº 1.943, de 21 de outubro de 2021. **Estratégia Estadual de Bioeconomia do Pará**. 2021. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/normas/view/96377>. Acesso em: 08 dez. 2023.

RUA, Maria das Graças; ROMANINI, Roberta. **Para aprender políticas públicas – Volume 1 Conceito e Teorias**. Brasília: IGEPP, 2014.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANTOS, Zilda Joaquina Cohen Gama dos. **Governança dos recursos florestais em Unidades de Conservação na Amazônia: o manejo florestal comunitário na Floresta Nacional do Tapajós**. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando; PIRES, Waldemir. **Políticas Públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos**. 3ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

SERAFIM, Ernildo C. S. **Fortalecimento da Cadeia de Produção da Palmeira do Buriti (mauritia flexuosa) em Comunidades da Área de Proteção Ambiental Paytuna**. Belém, PA: Secretaria Estadual do Meio Ambiente, 2015.

SILVA, Regina Oliveira da. **Biodiversidade e políticas de conservação: o caso do Parque Estadual Monte- Alegre – Pará**. (Tese de Doutorado). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa**. Caderno CRH, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul/dez. 2003.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p.20-45, jul/dez. 2006.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.